Doc N° E/ 609
Data: 05/12/95
Arq: 3.1.006
OK

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. ΦΡΔΦΦ254

LAUDO ANTROPOLÓGICO

A COMUNIDADE INDÍGENA WAURÁ E A "TERRA DO BATOVÍ"

(Ação Declaratória Processo N° 92.0013080-1)

BRUNA FRANCHETTO

Mestre em Filosofia pela Universitá La Sapienza de Roma

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGAS-Museu Nacional

Professor Adjunto do Departamento de Antropologia, Museu Nacional / UFRJ

Membro da Associação Brasileira de Antropologia

Membro da Associação Brasileira de Linguística

Membro da Society for the Study of Indian Languages of America

Setembro de 1995

ÍNDICE

INTRODUÇÃO ... 1
I. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ... 3
II. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU ... 7
III. OS WAURÁ E A "TERRA DO BATOVÍ" ... 13
QUESITO 1: Quem são os Waurá? ... 13
QUESITO 2: Descreva as formas de ocupação territorial da Comunidade Waurá. ... 21
QUESITO 3: É possível afirmar que os Waurá têm tradicionalmente ocupado suas terras? Se positivo, indique, ainda que de modo aproximado, de quando data essa ocupação. ... 26
QUESITO 4: Delimite o território tradicional Waurá, se possível, localizando-o em um mapa. ... 40
QUESITO 5: O território tradicional Waurá foi reconhecido por ato governamental? Em que circumstância? ... 41
QUESITO 6: O reconhecimento governamental excluiu alguma porção da área de ocupação tradicional Waurá? Se positivo, indique-a e explique os motivos de sua exclusão ... 41
QUESITO 7: A "Terra do Batovi", área objeto desta Ação Declaratória, é parte do território tradicionalmente ocupado pelos índios Waurá? Quais os elementos que embasam essa afirmação? ... 42
QUESITO 8: A "Terra do Batovi" foi abrangida pelo ato governamental que reconheceu as terras tradicionais dos Waurá? Explique. ... 42
QUESITO 9: Qual a importância da "Terra do Batovi" para a Comunidade Waurá? ... 43
QUESITO 10: Existem edificações na área conhecida como "Terra do Batovi"? Quem as construiu e com que finalidade? ... 44
QUESITO 11: Existem indícios de ocupação permanente ou de presença atual de não-índios dentro da "Terra do Batovi"? ... 45
QUESITO 12: Esclareça o Sr. Perito se a área objeto desta Ação tem sido palco de algum tipo de conflito. De que natureza e por que motivos? ... 45
BIBLIOGRAFIA CITADA ... 48

Acervo ISA

APÊNDICE 53
Considerações a respeito dos autos da Ação de Oposição nº 95.9554-8, movida por BATOVÍ AGROPECUÁRIA S/A contra a COMUNIDADE INDÍGENA "WAURÁ", UNIÃO FEDERAL E FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI 53
ANEXOS 55
FOTOS 56
FIGURAS 67
MAPAS 78
DOCUMENTOS 85

Acervo ISA

INTRODUÇÃO

O presente Laudo Pericial Antropológico, referente à Ação Declaratória Processo N° 92.0013080-1 - movida pela Comunidade Indígena **Waurá** contra a União Federal e a FUNAI - visa fornecer dados e argumentos necessários para que se possa definir de modo claro e com bases científicas a ocupação indígena e em particular a ocupação por parte do povo **Waurá** da chamada "Terra do Batovi", localizada na extremidade sudoeste do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, entre os municípios de Canarana e Marcelândia. A área em questão, de 5.200 hectares, é imediatamente visível para quem observe um mapa do PIX com seu perímetro demarcado Exatamente no limite sudoeste, chama a atenção uma interrupção da linha reta que constitui a fronteira sul, formando-se um triângulo ("ilha" ou "mordida", como dizem os índios) que se insinua para o norte, acompanhando os cursos do rio Batovi ou Tamitatoala a oeste e do ribeirão Antonio Bacaeri ao leste até a sua confluência (até a foz deste naquele). A área é assim descrita no "Laudo de vistoria técnica para localização e identificação cartográfica de limites das terras tradicionalmente ocupadas pelos **Waurá**/Parque Indígena do Xingu-MT", de autoria de Maria Ignez Maricondi, descrição que comprovamos ser absolutamente correta:

> "Partindo do marco 58, de coordenadas geográficas 12°53'24,5"S e 53° 53'53,5"Wgr, segue-se pelo rio Batovi ou Tamitatoala, sentido montante, na distância de 21.531,24 m., até encontrar o marco de cimento n. 59, coordenadas geográficas 12°59'52,7"S e 53°59'00,9"Wgr implantado na margem esquerda desse referido rio. Daí, segue por linha reta de azimute 91° 27'21,3" e distância aproximada de 7.000 m. até encontrar o marco de cimento n° 57, implantado à margem direita do Rio Antonio Bacaeri, de coordenadas geográficas 12°59'56,6"S e 53°54'59,7Wgr, daí segue pelo referido rio, sentido jusante, por uma distância aproximada de 16.000m até encontrar o ponto inicial, completando assim o caminhamento do perímetro. Uma vez completado o caminhamento do perímetro conforme aqui relatado, tem-se uma área total de 5.200 hectares planimetrados."

O presente Laudo organiza e apresenta dados e evidências que constituem os resultados da realização de diversos e articulados trabalhos de pesquisa nos campos de: (a) etnologia dos grupos indígenas das terras baixas da América do Sul e especificamente dos povos do Alto Xingu e dos **Waurá**; (b) arqueologia e etnoarqueologia do Alto Xingu; (c) linguística; (d) história dos povos do Alto Xingu e dos **Waurá** em particular; (e) pesquisa de campo.

Acervo ISA

O presente Laudo se estrutura em três partes.

A primeira tem por objetivo desfazer alguns equívocos a respeito de conceitos como "ocupação indígena", "habitat tradicional", "posse permanente", etc. Tais esclarecimentos são necessários dado o uso recorrente desses conceitos de maneira imprecisa e sem o devido embasamento nos conhecimentos da moderna ciência antropológica.

A segunda parte contém um histórico da criação do Parque Nacional do Xingu, mais tarde renomeado Parque Indígena do Xingu. A compreensão dessa história ilumina a situação atual, fortalecendo uma avaliação dos fatos de hoje.

Na terceira parte serão respondidos os treze quesitos formulados à Perícia Antropológica.

Antes disso, relataremos sucintamente a experiência da Perícia de Campo, realizada no período de 20 a 31 de julho de 1995.

Chegamos no Posto Leonardo, Alto Xingu, no dia 20 de julho, provenientes de Brasília em taxi aéreo O deslocamento para a aldeia **Waurá**, localizada a 30 km a oeste do Posto, foi possível somente no dia 22, por falta de combustível e pela precaríssima manutenção dos meios de transporte: dois tratores (um na aldeia **Waurá**, outro no próprio Posto). A permanência no Posto permitiu que conseguissemos um primeiro conjunto de informações sobre o histórico do problema "terra do Batovi" tal como visto e avaliado por índios que ocupam lugares de destaque na administração e na liderança do Alto Xingu, como o Chefe do Posto Leonardo, **Pirakumã**, e **Aritana,** ambos do povo yawalapiti. Tanto Pirakumã como Aritana presenciaram, testemunharam e vivenciaram vários episódios e momentos dessa história, sobretudo no que diz respeito aos contatos havidos entre a FUNAI, o suposto proprietário da área em questão (Agropecuária Batovi S.A.), e representantes waurá, estes em busca de esclarecimentos sobre as razões pelas quais a "terra do Batovi" teria sido excluída do território do Parque do Xingu e colocando sua vontade cristalina de ver novamente parte de seu território tradicional protegido e reintegrado ao Parque. O percurso até a aldeia **Waurá** demorou seis horas, de trator, por uma trilha difícil, interrompida em alguns trechos por troncos derrubados pelas últimas chuvas. Permanecemos dois dias na aldeia **Waurá** coletando todos os dados necessários de natureza antropológica e histórica com diversos índios e sobretudo com **Atamãi,** chefe **Waurá**. Notamos o interesse e a preocupação com que os **Waurá** nos receberam e nos ajudaram procurando responder da maneira mais precisa e responsável a todas as perguntas que lhes fizemos. No dia seguinte, de madrugada, iniciamos nossa viagem rumo ao PIV

Acervo ISA

Batovi, localizado no limite sudoeste do Parque, na margem direta do rio Batovi Foram onze horas ininterruptas de voadeira, percorrendo, até sete horas da noite, cento e dez quilômetros de um rio estreito e muito caudaloso (foto 1); foi possível observar atentamente, guiados pelo "motorista" **Tapaié**, o mapeamento indígena de todo o curso do Batovi e o uso intenso que os **Waurá** fazem do mesmo. O atual PIV Batovi está situado a pouco menos de dez km subindo o Batovi do PIV anterior, cujas casas ainda podem ser encontradas intactas no Batovi, próximo à foz do Antonio Bacaeri. Voltaremos à história dos PIVs ao responder aos quesitos. No Posto fomos recebidos pelo Chefe **Kanaiú**, filho de Atamai, um jovem que nos impressionou pela sua inteligência e pelos seus conhecimentos. Kanaiú nos forneceu informações cruciais para a nossa investigação in loco. Com ele, nos dois dias que permanecemos no PIV Batovi, visitamos por terra e pelo rio tanto o limite sul do Parque no Batovi, como, sobretudo, a picada que supomos seja a originária do trabalho de demarcação e que se projeta em linha reta entre o rio Batovi e o ribeirão Antonio Bacaeri, misteriosamente abandonada e que finalmente teria sido tragada pela mata se os **Waurá** não a tivessem mantido visível. Voltaremos a isso. Voltamos à aldeia waurá no dia 30 e prosseguimos para o Posto Pavuru no dia 31, mais seis horas de viagem aquática, de onde saímos do PIX para Brasília, encerrando-se, assim, nosso trabalho de pesquisa de campo.

Agradecemos a todos que colaboraram na realização da Perícia de Campo

I. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1. A ciência antropológica não se separa de dois pressupostos básicos: o de que existem variados e distintos modos de vida no mundo, sendo que a nossa maneira de ser, a "ocidental moderna", não é a única nem a melhor, e o de que é possível apreender essas outras formas de ver o mundo, de estar nele, de explorar seus recursos. Qualquer sociedade, não importa seu tamanho e suas tecnologias, é um universo organizado, coerente, guiado por normas e com saber estruturado, suficiente e necessário para sua reprodução física, social e cultural. A ciência antropológica lida com dois princípios: o da universalidade do espírito e mente humanos e o da diversidade das formas culturais. Conjugando esses princípios temos o imperativo do respeito a todas as culturas, as mais distintas, já que são todas manifestações igualmente válidas do ser humano enquanto ser social. A ciência antropológica nos fornece os instrumentos privilegiados para obter conhecimentos corretos sobre outras culturas, permitindo, assim, interpretá-las, entendê-las, explicá-las para os leigos.

Acervo ISA

2. A ciência antropológica nos fornece, outrossim, os critérios corretos para definir o que é "território indígena", o território efetivamente ocupado, habitado e explorado por um ou mais povos indígenas.

Em primeiro lugar é preciso eliminar o equívoco segundo o qual a "posse" de um território indígena se manifesta apenas ali onde ocorrem edificações e áreas de cultivo permanentes. Invertemos a situação com um exemplo paradoxal. Imaginemos que um ser de outro planeta sobrevoe uma fazenda voltada a atividades pecuárias; será que ele entenderia que os vastas extensões de pasto pertencem à "propriedade" da fazenda? Não chamaria ele de ocupação apenas a localização das casas e construções ao seu redor? O exemplo esclarece apenas a maneira pela qual muitos procedem à definição de ocupação de um território por parte de um grupo indígena.

O território indígena se define por critérios históricos e culturais, próprios ao(s) grupo(s) que o habitam. Entre eles, consideramos as instituições sociais que determinam padrões de ocupação, os modos de exploração econômica do ecossistema circundante, com os recursos que ele oferece para a reprodução física e cultural do grupo; referenciais ligados à cosmologia, religião e à história do grupo (ou grupos); dinâmicas políticas que dirigem a expansão e modificação territoriais, dinâmicas complexas acompanhadas por acréscimos ou descréscimos populacionais. O território indígena é, assim, mapeado a partir das necessidades históricas do grupo, pelos imperativos de uma sobrevivência não apenas material Estão incluidos nesse mapeamento o acesso a recursos, sítios históricos e sagrados, as fronteiras definidas e reconhecidas com os territórios habitados por outros grupos, aliados ou inimigos, no passado e no presente.

A abordagem antropológica representa, sem dúvida, uma crítica a outro procedimento, aquele que utiliza critérios de definição de "território indígena" circunscritos à identificação de marcas "visíveis" e materiais de ocupação: aldeias e roças. Desconhecendo o modo de vida indígena, se quer fazer coincidir o habitat de um grupo humano diferenciado - que só pode ser determinado segundo os padrões culturais e ecológicos que regem a vida desse povo - com o nosso conceito civilista de posse

O pensamento jurídico contemporâneo tem reforçado mais de uma vez o ponto de vista antropológico, especificando a interpretação dos conceitos de "posse" e de "habitado/ocupado" quando referidos a territórios de povos indígenas. Lembramos aqui tão somente a famosa Súmula 480 de autoria de Victor Nunes Leal interpretando o artigo 198 da última Constituição Federal, e o pensamento do ilustre Professor José Afonso da Silva expresso em palestras e escritos a respeito do mesmo artigo e, em geral, dos direitos constitucionais dos povos indígenas. Remetemos para um maior aprofundamento do diálogo entre as ciências jurídica e antropológica aos já numerosos

Acervo ISA

Laudos Periciais Antropológicos produzidos desde, pelo menos, o ano de 1987 Citamos aqui apenas o Laudo de nossa autoria ("Laudo Antropológico da ocupação indígena da região dos formadores e do alto curso do Rio Xingu", 1987), trabalho que sustentou a brilhante arguição do Procurador Dr. Gilmar Ferreira Mendes, publicada pelo Ministério Público Federal em 1988 ("O Domínio da União sobre as Terras Indígenas"); o Laudo de autoria do perito antropólogo Carlos Fausto de 1990 ("A ocupação indígena na região dos formadores e alto curso do Rio Xingu"). A antropologia do direito já produziu uma rica reflexão no Brasil nos últimos anos. Citamos as coletâneas organizadas por Sílvio Coelho dos Santos ("As sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos", Ed. da UFSC, Florianópolis, 1985) e por Manuela Carneiro da Cunha ("Os direitos do indio", Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987) Existe hoje uma já extensa jurisprudência que cada vez mais incorpora e elabora as ferramentas da interpretação antropológica na definição de "terras e territórios indígenas".

Por fim, o Prof. João Pacheco, atual Presidente da Associação Brasileira de Antropologia, sintetiza o tema:

> "Ao falar em terras indígenas estamos, antes de tudo, nos situando no bojo de uma definição jurídica, materializada na Constituição Federal em vigor (art. 4, parágrafo 4 e artigo 198), bem como em elgislação específica (Lei 6.001/73, arts. 17 a 38). Trata-se de habitat de grupos que se reconhecem (e que são reconhecidos pela sociedade) como mantendo um vínculo de continuidade com os primitivos moradores de nosso país. A noção de habitat aponta para a necessidade de manutenção de um território, dentro do qual um grupo humano, atuando como um sujeito coletivo e uno, tenha meios para garantir a sua sobrevivência físico-cultural.
>
> Para atingir tal *desideratum* as terras indígenas são enquadradas como bens sob o Domínio da União, no intuito de colocar sua defesa diretamente na esfera de atuação do Estado, considerando-a como questão de relevância e que deve inspirar cuidados especiais(...)
>
> Contudo, cabe frisar que o direito dos índios é originário e decorre de sua conexão sócio-cultural com povos pré-colombianos que aqui habitavam. Tal direito não procede do conhecimento pelo Estado (nem é anulado pelo não-reconhecimento), mas decorre do fato mesmo da sobrevivência atual dos grupos humanos que se identificam por tradições ancestrais e que se consideram como etnicamente diferenciados de outros segmentos da sociedade nacional.
>
> Interpretações maldosas alegam que assim seria indígena todo o território nacional. Não é isto, obviamente, que a lei pretende. Ainda que houvessem evidências da presença de povos indígenas em um passado remoto em todo ou em algum ponto do território nacional, isso por si só não definiria o conjunto das terras indígenas (ou qualquer uma delas em particular). Para tanto, é condição necessária e suficiente a existência atual de uma coletividade que se identifica como indígena e que se reproduz regularmente dentro de um mesmo espaço físico. (. .)". (Oliveira Filho, 1987:8-9)

ISA

3. Um grupo indígena necessita para sua sobrevivência física de uma área bem maior do que aquela que inclui aldeias e roças. Consideráveis extensões de terra são necessárias pelas características ecológicas do ambiente e pelas características culturais de ocupação do território.

Uma área de roça é abandonada após dois ou tres anos de cultivo e uma nova deve ser imediatamente aberta em outro local. Isso se deve à natureza bem conhecida do solo amazônico e das regiões de transição entre Amazônia e cerrado como é a do Parque Indígena do Xingu, pobre e cuja cobertura vegetal (mata) é o resultado de uma adaptação milenar que produziu um sistema quase fechado de circulação de nutrientes, numa trama radicular superficial. Sendo assim, o padrão de cultivo é extensivo e não intensivo; o solo se exaure em pouco tempo, uma vez derrubada a mata.

Outro dado importante é a dispersão das espécies animais e vegetais na região; há uma fantástica diversidade de espécie e uma baixíssima densidade das mesmas. Isso significa que um grupo indígena é obrigado a percorrer grandes distância para pescar, caçar e coletar pequenos animais, mel ou frutos, o essencial para sua alimentação básica.

4. Há uma enorme produção de conhecimentos científicos nas áreas da antropologia biológica, da biologia e da ecologia que demonstram que o manejo tradicional da floresta e dos campos pelos grupos indígenas é altamente sofisticado, fruto de conhecimento milenar, e admiravelmente racional.

5. É falacioso relacionar quantitativamente número de habitantes e área ocupada quando se fala de territórios indígenas. Em primeiro lugar, por trás de um aparente cálculo objetivo, esquemático e simplório, se esconde a astúcia de quem apenas pretende eliminar povos diferenciados. Em segundo lugar, se ignora, de novo sem ingenuidade, o crescimento demográfico das populações indígenas em muitas regiões do país, especificamente no Parque Indígena do Xingu, nesses últimos vinte anos, graças à assistência de saúde, às campanhas de vacinação e, finalmente, a uma maior resistência imunológica dos índios às doenças contagiosas trazidas pelos brancos.

6. Um território indígena se define não apenas por critérios de sobrevivência material, mas também por valores culturais, incluindo nestes os marcos da toponímia nativa decorrentes do sistema de crenças religiosas e cosmológicas e da história do povo transmitida oralmente de uma geração para outra.

Acervo ISA

7. A história oral indígena, que o pesquisador registra em seu trabalho de campo, é documento de extrema importância, ao par dos documentos escritos produzidos por não-índios ao longo do tempo. Cada vez mais a antropologia e a etnologia utilizam informações cruzadas provenientes de fontes da tradição oral, de fontes escritas e de investigação etno-arqueológica, para obter um conhecimento o mais seguro possível do passado das populações nativas e do povoamento indígena do país antes e depois da "descoberta".

II. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO PARQUE INDÍGENA DO XINGU

Apresentamos a seguir uma síntese da história da criação do PIX, essencial para entender as vicissitudes das alterações de seu perímetro. Remetemos para um aprofundamento do assunto à excelente dissertação de Maria Lúcia Pires Menezes, "Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal", UFRJ, Instituto de Geociências, 1990.

Chamamos a atenção, antes de tudo, ao fato de que as fronteiras do PIX, em suas sucessivas reformulações, jamais incluiram a totalidade dos territórios tradicionais dos povos que passaram a ser conhecidos como "índios do Parque". Nas terras xinguanas nunca houve e não há vazios. Há fronteiras internas entre os diferentes povos, estabelecidas de modo não rígido, mas reconheciveis e reconhecidas pelos índios. A história do contato, os trabalhos de "pacificação", ou seja de conquista, por parte das frentes de expansão da sociedade nacional e, mais tarde, a criação do Parque estabeleceram novos limites - agora entre índios e não-índios -, impostos por forças externas às sociedades indígenas

Neste Laudo, limitar-nos-emos a um maior detalhamento tão somente da porção sul do PIX - o Alto Xingu, região dos formadores do rio Xingu, onde se encontram os **Waurá**. Os territórios indígenas se extendiam ao leste, a oeste e ao sul, para além das fronteiras do Parque. Temos aqui as evidências trazidas pela arqueologia alto-xinguana e, recentemente, os resultados de pesquisas etnoarqueológicas, que obtiveram provas de ocupação humana no Alto Xingu desde 950 d.C. Com relação a documentos escritos, temos os testemunhos do primeiro etnógrafo que visitou a área, o alemão Karl Von den Steinen, em duas viagens - 1884 e 1887 (Steinen, 1886/1942; 1894/1940)-, que nos deixou uma farta e extraordinária documentação sobre os índios alto-xinguanos por ele encontrados. Voltaremos a Von den Steinen ao responder aos quesitos 1 e 3, já que nas suas duas viagens ele percorreu o curso do rio Batovi na sua inteireza, proveniente do rio Paranatinga, ai encontrando num continuum de ocupação os índios Bakairi e **Waurá**. Após Steinen, outras expedições científicas e até militares

Acervo ISA

entraram na região e registraram a presença de seus habitantes: Hermann Meyer (1897a; 1897b, referente a viagem de 1896), Max Schmidt (1905; 1942, referente a viagem de 1900-01), Ramiro Noronha (1952, referente a viagem de 1920); Vicente de Vasconcelos (1945, referente a viagem de 1924-25); Vincent Petrullo (1932, referente a viagem de 1931). A partir dos anos 40, se abre um novo capítulo da história dos povos xinguanos, confundindo-se com a história da criação do Parque Nacional.

1. Em 1943 foi criada a expedição Roncador-Xingu, vanguarda da Fundação Brasil Central, que se inseria num programa do governo estadonovista de ocupação das regiões centrais do Brasil. Nesse contexto, os irmãos Villas-Boas, membros e futuros chefes da expedição, chegaram à região dos formadores do rio Xingu se defrontando com uma densa população indígena. Os próprios Villas-Boas, durante a expedição de 1946, observaram que os povos por eles encontrados descendo o rio Culuene até a confluência dos formadores eram os mesmos e ocupavam o mesmo território do final do século XIX, época das viagens do primeiro etnógrafo na região, o alemão Karl Von den Steinen (Villas-Boas, 1972).

Os Villas Boas se converteram definitivamente à causa da proteção dos índios do Alto Xingu, que ganham nesse período as páginas dos jornais, com repórteres e fotógrafos acompanhando o avanço da frente da expedição. Foi nesse mesmo período que se inicia o trabalho de investigação antropológica empreendido pelos pesquisadores do Museu Nacional do Rio de Janeiro, cuja diretora era Heloisa Alberto Torres. Os grupos indígenas alto-xinguanso, vivendo ainda com suas culturas intactas, bem como a riqueza da fauna e da flora da região, atraíram cientistas como Eduardo Galvão, Pedro Lima e Helmut Sick. Em fevereiro de 1947 foi apresentado o primeiro projeto de pesquisa do Museu Nacional ao Departamento Cultural da FBC O plano foi realizado em tres anos, com diversas publicações (Lima, 1950a; 1950b; Galvão, 1953; Sick, 1949, 1955). Dessa fase de pesquisa resultaram recenseamentos da população alto-xinguana e a localização dos diferentes grupos. Os **Waurá**, Mehináku, Kalapálo, Kuikúro, Matipú, Aweti, Kamayurá permaneciam em seus territórios nas mesmas áreas identificadas por von den Steinen no fim do século XIX.

Até 1952, data de outrã expedição científica do Museu Nacional, mudanças se processaram no Alto Xingu. Em primeiro lugar, a contaminação com vírus de gripe e sarampo causou uma violenta depopulação, que atingiu seu ápice na epidemia de sarampo de 1954 Com isso, as aldeias dos grupos carib do Culiseu/ Culuene foram deslocadas mais próximas do Posto Leonardo, ao norte dos territórios tradicionais, já que os índios kalapálo, kuikúro, matipú e nahuquá, dizimados desde a gripe trazida pela ERX, passaram a depender da assistência médica dispensada nos Postos da FBC. Observe-se que mencionamos aqui apenas as informações documentadas sobre as

Acervo ISA

epidemias que atingiram a região mais recentemente. Sabemos pelos relatos da história oral de diversos grupos indígenas que o contágio fatal trazido pelos brancos causou várias e sucessivas crises demográficas desde a "descoberta", marcando, inclusive, o periodo imediatamente posterior às viagens de von den Steinen (Franchetto, 1992, Heckenberger, 1995).

2 Já a partir de 1948, Orlando Villas Boas pedia a proteção das terras do Alto Xingu e denunciava os projetos de colonização que começavam a querer se apropriar das mesmas, por iniciativa do Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso. A política de colonização das terras indígenas de Mato Grosso se intensificou na década de 50, chegando a recortar toda a área que viria a ser o Parque em centenas de propriedades particulares, na maior parte dos casos compradas "no mapa" e graças à expedição de certidões negativas falsas pelo Estado de Mato Grosso e por funcionários coniventes do então SPI.

3. Dada a gravidade da situação, foi lançada a proposta de se criar um Parque Nacional na região e o Vice-Presidente da República Café Filho constituiu uma comissão presidida pelos Brigadeiro Raimundo Vasconcelos Aboim e integrada por Heloisa Alberto Torres, Orlando Villas Boas e Darcy Ribeiro para estudar o assunto Em 17-04-1952 a comissão, liderada pelo próprio Marechal Cândido da Silva Rondon, apresentou um anteprojeto de lei que criava o Parque do Xingu com uma área de 200.000 quilómetros quadrados ou 20 milhões de hectares, com os seguintes limites:

> "Norte - partindo da cachoeira Sete Quedas (Campinas), no rio Teles Pires, sobre a linha geodésica que divide os Estados de Pará e Mato Grosso até encontrar o rio Xingu, leste - dsde ponto pelo rio Xingu acima até a foz do rio Liberdade e por este acima até as suas nascentes; sul - das nascentes do rio Liberdade por uma linha geodésica até as nascentes do rio Suyá Missú e daí a foz do rio 7 de Setembro, no rio Culuene e deste ponto por outra linha geodésica até o Posto Curisevu do Serviço de Proteção aos Índios, sobre o rio Batoví (Tamitatoala); oeste - daí, por uma linha geodésica até a foz do ribeirão Cap. Noronha, no rio Ronuro e por este abaixo até a foz do ribeirão Dr. Estigarribia e, por uma linha geodésica, deste ponto até a foz do rio Ferro no rio Von den Steinen, daí por uma linha geodésica até a confluência Verde-Teles Pires e, descendo o Teles Pires até o ponto de partida, a cachoeira Sete Quedas (Campinas)"

Veja-se o mapa 1 em anexo que permite visualizar estes limites, tais como traçados no anteprojeto de 1952.

4 O Dr. Café Filho encaminhou o anteprojeto para apreciação do então Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, em 27-04-1952. Café Filho afirmava na

Acervo ISA

justificativa do anteprojeto que a Marcha para Oeste, movimento nacional, tinha revelado ao País uma vasta área onde viviam numerosas tribos em isolamento milenar, "nas mesmas condições daquelas que Cabral encontrava em nossa faixa atlântica, há quatro séculos". Café Filho exortava, então, o Estado brasileiro a cumprir a tarefa de "assegurar às gerações futuras uma amostra do Brasil natural e, sobretudo, a responsabilidade de amparar as tribos do Xingú, evitando que as modernas bandeiras venham merecer, também, a pecha de dizimadoras de índios".

5. Forças poderosas se levantaram de imediato contra a realização do projeto de criação do Parque, que nunca viria a se concretizar com os limites propostos em 1952. A política de colonização do Estado de Mato Grosso se empenhou em tentar destruir a idéia e os fatos. Criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito em 1955, o Ministro Costa Porto relatava a situação em depoimento no Senado Federal em 14 de junho daquele ano:

> "Enquanto o projeto corria os seus trâmites normais, começou a processar-se um movimento capaz de anular-lhe os efeitos, caso ele fosse aprovado. Pretendendo realizar uma poliítica colonizadora, o Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso iniciou a venda de terras não só por todo o Estado, como particularmente, na área pertencente ao futuro Parque. Assim, criado este, o Governo Federal iria defrontar-se com uma situação de fato: ou desistiria da execução ou seria obrigado a indenizar, por altíssimo preço, os possíveis compradores ou concessionários daquelas terras" (DCN, Seção II, 14-06-55, p. 1392).

7. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira realizou em 1954 uma profunda investigação e redigiu Relatório sobre tal política de colonização. O documento é absolutamente estareccedor e esclarecedor, evidenciando como o Governo do Estado de Mato Grosso procedia à alienação de terras localizadas em áreas indígenas através de dois expedientes: a) reserva de grandes áreas para colonização, para em seguida entregá-las a Companhias privadas que as lotearíam e venderiam; b) venda direta de lotes de menos de 10.000 hectares. Tudo isso servia para burlar o dispositivo constitucional que proibia a entrega de glebas com mais de 10.000 hectares a particulares. 3/4 da área do Parque acabou sendo loteada e vendida, com cinco grandes Companhias operando como "intermediárias". Concluía o Dr. Cardoso de Oliveira:

> "Não obstante o dispositivo constitucional [artigo 216], as terras dos índios estão sendo alienadas e a Constituição desrespeitada (...) Constata-se a realidade desta alienação, tomando-se, por exemplo, a área reservada pelo Decreto n° 1210, de 10/12/51 e entregue à Sociedade de Agricultura e Colonização Araraquara Mato Grosso. Essa região que fica na confluência do rio Xingu é talvez aquela em que se verifica maior densidade indígena: nela acham-se localizadas aldeias de índios Kamayurá, Iawalapiti, **Waurá** e

Acervo ISA

Trumai (...) Portanto, mesmo que não existisse o ante-projeto de Lei que cria o Parque Indígena do Xingu, poder-se-ia concluir pela ilegalidade das transações efetuadas entre o Estado de Mato Grosso e compradores de terras" (Oliveira, 1954 - grifo nosso).

8. O diário Correio da Manhã publicou no ano de 1954 uma série de reportagens denunciando de modo contundente a ilegalidade do processo de colonização em Mato Grosso incidindo nas áreas consagradas ao Parque. A repercussão nacional dessas denúncias levaram à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito em 1955

O Governador de Mato Grosso sustentou em seu depoimento que não era contrário à criação de um Parque Indígena, admitindo a presença de índios nas áreas a ele destinadas, mas sim contrário ao seu tamanho, colocando em questão a relação entre o número de índios e a extensão das terras que lhes deveriam ser atribuídas. O debate foi intenso e em 21-11-1955 o Senado redigiu finalmente o Projeto nº 14 que criava o Parque Indígena do Xingu, nos moldes do ante-projeto de 1952. O projeto não saiu do papel.

9. O Parque chegou a existir somente quase dez anos depois, pelo Decreto nº 50.455, de 14-04-1961, com uma área 10 vezes menor do que aquela do ante-projeto de 1952, como se observa nos Mapas 1 e 2 em anexo. O traçado excluia os territórios de vários grupos indígenas, entre os dos grupos aruák (**Waurá** e Mehináku) e dos grupos carib (Kuikúro, Kalapálo, Matipú e Nahuquá), todos povos do Alto Xingu.

10. A situação jurídica das terras indígenas da região dos formadores ou Alto Xingu teve solução e reconhecimento oficial somente em 1978. O Decreto nº 63.082, de 6-08-1968, modificava os limites meridionais, reconhecendo parcialmente o erro do decreto de 1961, que, como dissemos, tinha excluído os territórios tradicionais dos grupos do Alto. Permaneciam, porém, seccionados os territórios dos grupos aruák (**Waurá** e Mehináku) e carib, finalmente incorporados - não em sua integridade - ao Parque pelo Decreto nº 68.909 de 13/7/71, que traçava a fronteira na altura da latitude 13° Sul, acima da confluência dos rios Tanguro e Sete de Setembro. A demarcação do Parque se realizou em 1978.

Consta do Mapa 2 em anexo a superposição dos traçados estabelecidos pelos Decretos de 1961, 1968 e 1971.

11 O processo de alienação de terras nas áreas indígenas originalmente incluídas no perímetro do Parque tem uma história longa e complexa, em parte resumida neste Laudo e amplamente documentada e analisada na arguição do Dr. Gilmar Ferreira Mendes, por ocasião do julgamento da Ação Civil Originária Nº 362-8, e em Menezes,

Acervo ISA

1990. Em 1977, o assunto voltou às páginas dos jornais. O diário Estado de São Paulo apresentva dados assustadores em reportagem publicada em 02-06-77: dos 1,2 milhão de quilômetros quadrados de sua área total, o Estado de Mato Grosso já havia alienado 1,7 milhão de quilômetros quadrados de sua área total, tendo assim pelo menos 500.000 quilômetros de terras superpostas, isto é, vendidas duas vezes, como declarava o próprio Governador Garcia Neto. Este admitia que a causa da sucessão de tantos erros, causa de uma enorme tensão social no estado, era o fato de que as terras eram vendidas apenas por uma olhada de cima, dos aviões.

12. Na Comissão Parlamentar de Inquérito de Assuntos Fundiários, em 1979, novamente se discutiu a política de colonização em Mato Grosso. O ex-governador José Fragelli e o ex-presidente da CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso) reconheceram claramente em seus depoimentos as irregularidades cometidas na determinação e individualização dos imóveis rurais em Mato Grosso. Assim, José Fragelli definia como sendo "de prancheta" os títulos de propriedades em Mato Grosso; os agrimensores jamais teriam vistoriado e medido as glebas in loco. Isso significaria a nulidade dos títulos concedidos e obtidos por tais mecanismos ilegais. Em seu depoimento, o Dr. Gabriel Müller se queixava das dificuldades encontradas na regularização da situação fundiária em Mato Grosso.

13 Assistimos a um novo capítulo da história da alienação de terras indígenas em Mato Grosso a partir de 1983.

Num primeiro momento, o Supremo Tribunal Federal julgou positivamente Ação por desapropriação indireta de uma gleba de 10.000 ha. vendida pelo Estado de Mato Grosso a um particular em 1959, gleba situada em pleno território dos índios Suyá (Parque do Xingu). Na mencionada Ação, ensaiava-se a tentativa de concretizar um dos objetivos da política de loteamento no Estado: possibilitar, no momento oportuno, uma verdadeira indústria de indenizações, que iria sangrar os cofres públicos para compensar supostos (e ilegítimos) proprietários particulares de terras indígenas, definidos como "expropriados". Infelizmente, o STF acolheu, naquele primeiro momento, as razões do suposto proprietário, cujo título, lembramos, provinha da mesma fraudolenta política de alienação que acabamos de resumir. Analisamos a decisão do STF em Franchetto, 1985.

Num segundo momento, outra decisão do mesmo Supremo Tribunal Federal, em 1988, relativa à Ação Civil Originária N° 362-8, movida pelo Estado de Mato Grosso contra União e FUNAI, marcou, finalmente, uma mudança da avaliação dos efeitos e consequências da política de colonização em Mato Grosso, sustando a avalanche de ações de indenização por expropriação indireta que estava preste a ser

Acervo ISA

iniciada por vários "proprietários" de glebas situadas no Parque do Xingu. Os títulos foram considerados nulos, já que incidentes em terras de posse imemorial de povos indígenas; o Laudo de Perícia Antropológica (Franchetto,1987) foi fundamental enquanto prova incontestável e científica da ocupação indígenas de toda a area incluída no perímetro do Parque (Mendes, 1988).

III. OS WAURÁ E A "TERRA DO BATOVÍ"

Procedemos, agora, à apreciação dos quesitos formulados a Perícia Antropológica.

QUESITO 1. QUEM SÃO OS WAURÁ?

Os **Waurá** - cuja auto-denominação é **Auγa** - são um povo de língua aruák, ou seja, falam uma língua classificada geneticamente como pertencendo à família linguística aruák, tronco arawák, e que habita desde tempos imemoriais a região dos formadores do rio Xingu, conhecida como Alto Xingu. Grupos aruák ocupavam toda esta região desde pelo menos o ano 1.000 (ver quesito 3); os **Waurá** em particular sempre foram e continuam sendo os senhores do rio Batovi, ocupando, então, a porção ocidental do Alto Xingu.

O Alto Xingu - região dos formadores percorrida pelo rios Steinen, Ronuro, Batovi, Culiseu e Culuene, de oeste para leste - constitui uma área cultural, como foi definida por Eduardo Galvão (1950; 1953), já que nele povos diferenciados, sobretudo do ponto de vista linguístico, convivem e compartilham uma mesma cultura. Tomo a liberdade de citar trecho de artigo de minha autoria (Franchetto, 1992: 339):

> "Ao tratar dos povos que habitam até hoje a bacia dos formadores do rio Xingu, ao norte de Mato Grosso, pressupõe-se uma unidade tanto geográfica e ecológica como sócio-política.
>
> Seus limites geográficos são claros. A bacia dos formadores, área de transição entre o cerrado e a floresta, é drenada por um leque de rios, sendo os principais os rios Culiseu, Kuluene, Ronuro e Batovi, interligados por um emaranhado de igarapés, canais e lagoas, que confluem a 11°55' de latitude sul e a 53°35' de longitude oeste, no ponto chamado pelos indios de "centro do mundo", palco da criação do universo físico e humano. A bacia é fechada ao sul pelo chapadão mato-grossense, a oeste pela Serra Formosa que divide a drenagem entre o rio Xingu e o rio Teles Pires, ao leste pela Serra do Roncador que a separa da bacia do rio das Mortes-Araguaia. O acesso à região pelos rios nunca foi fácil...(apenas transponível é) o limite meridional,

Acervo ISA

dada a navegabilidade sazonal dos muitos tributários que correm no sentido sul-norte em área de depressão (Menget, 1977:7; Menezes, 1990:210-1).

Do ponto de vista sócio-político, a sociedade alto-xinguana é um conjunto bastante homogêneo de grupos locais inter-relacionados que compartilham traços culturais em diversos domínios - padrão de aldeamento, economia, parentesco, cosmologia, valores, rituais intra e inter-tribais - e que se distinguem entre si por outros traços, que funcionam como emblemas de identidades contrastivas, como a manufatura de artefatos para troca, o território de ocupação histórica e a língua ou dialeto.

A sociedade alto-xinguana é multilíngüe; seus povos falam línguas que pertencem aos troncos Tupi e Arawak e à família Karib, além do Trumai, língua considerada isolada. Os Kamayurá e Aweti são línguas Tupi-Guarani; Mehináku, **Waurá** e Yawalapíti são línguas Arawák; Kuikúro, Kalapálo, Matipú e Nahukwá são línguas Carib. ...No interior de cada agrupamento linguístico - Tupi, Arawák ou Carib - há variação de tipo dialetal, com graus variados de inteligibilidade mútua... nas últimas décadas como resultado de um longo processo de depopulação, cujo início concide com os primeiros contatos com os brancos, cada agrupamento linguístico tem constituido um único grupo local, reunido numa só aldeia".

Von de Steinen já observava, no final do século passado, as notáveis semelhanças culturais dos grupos dos formadores. Apesar das consideráveis distâncias que separavam os povos alto-xinguanos - na época consideráveis porque percorridas a pé ou em canoa e maiores das de hoje -, eles tinham desenvolvido um contato pacífico entre eles, alimentado através de casamentos, trocas comerciais e uma intensa atividade cerimonial, com a realização de grandes 'festas' intertribais. Ao longo do tempo foi se formando uma rede social intertribal entre grupos que passaram a compartilhar muitos traços culturais: mesmo tipo de aldeias circulares, com 'casa dos homens' no centro, e casas de planta oval sem paredes de separação; uma dieta muito semelhante, com predominância do consumo de peixe, uma classificação da caça virtual em comestivel e não comestível, o processamento de espécies de mandioca 'venenosa' ou 'amarga' das quais se produz farinha para beijús, a produção de sal vegetal e o consumo importante do pequi; xamanismo rico com uso exclusivo de tabaco; complexo das 'flautas sagradas'; um intenso e complexo ciclo ritual que integra cada grupo internamente e os diferentes grupos entre si, inclusive realimentando constantemente as redes de trocas matrimoniais, simbólicas e materiais; ornamento púbico feminino (o ulurí), só para mencionar os traços culturais mais relevantes.

Muitos pesquisadores que, desde Von den Steinen, têm realizado suas investigações na região alto-xinguana destacam a existência dessa sociedade inter-tribal, a sua homogeneidade. Outros procuram evidenciar também as diferenças entre os povos alto-xinguanos, chamando a atenção para a integração das diferenças - processo histórico ainda em andamento - e para o fato de que tais diferenças podem nos dar luzes sobre a origem histórica desses povos, sobre sua proveniência e

Acervo ISA

migrações em tempos pré-históricos. Como dissemos, há uma surpreendente diversidade linguística, a manutenção da autonomia política de cada povo - que preza a sua própria identidade distintiva - ligada ao território que ocupa, a percepção das diferenças que cada povo tem dos outros.

Detenhamo-nos brevemente sobre essas diferenças, enfatizando a identidade **Waurá** no interior da sociedade alto-xinguana.

A língua waurá

Devemos as primeiras informações sobre a língua waurá ao próprio Von den Steinen, que a partir do exame de listas de palavras por ele coletadas, determinou sua filiação à família aruák, tronco arawák.

Pesquisas sobre a língua **Waurá** foram realizadas pela linguista Joan Richards (1969, 1972; 1973; 1976; 1977; 1979). Informações importantes sobre a classificação genética bem como sobre as características morfo-sintáticas do **Waurá** e das línguas aruák numa visão comparativa podem ser encontradas em Wise (1990), Derbyshire (1986) e Kaufman (1990).

O trabalho de Kaufman representa a proposta mais recente e consistente a respeito da história das línguas da América do Sul, especificamente a respeito dos conhecimentos atuais sobre os grupos genéticos do continente. Kaufman divide as línguas da Amazônia em quatro áreas, uma das quais é a dos "Arawák e dos seus supostos parentes", as línguas pertencentes ao tronco Arawák, que ele chama de 'Amazônia Ocidental I'. Esta área abriga nove agrupamentos arawák - ou seja, todas línguas descendentes de uma única língua 'mãe', o proto-arawák. Destes faz parte o sub-tronco Maipure (ou família aruák), o maior e mais importante, composto por 65 línguas vivas (mais 31 já extintas), faladas em várias regiões brasileiras - desde o Terena do Mato Grosso do Sul até o Wapichana da fronteira entre Roraima e Guiana Inglesa. Há evidências de que as línguas maipure teriam se separados do proto-arawák há cerca de 45 séculos. O **Waurá** é uma língua do tronco (ou macro-conjunto) arawák e, dentro deste, do sub-tronco Maipure.

Derbyshire examina comparativamente a morfologia e a sintaxe das línguas arawák maipure no Brasil e chega a conclusões interessantes no que diz respeito a uma mais precisa classificação interna do sub-tronco. O eminente linguista cita a proposta de Voegelin e Voegelin (1977) para uma primeira divisão das línguas maipure nos seguintes grupos;

Meridional. Terena

Oriental: Palikúr, **Waurá,**

Pareci-Saraveca: Pareci

Pré-andino: (1) Amuesha; (2) Apurinã, (Piro); (3) Campa.

Acervo ISA

Depreendendo as principais características morfológicas e sintáticas de oito línguas aruák do Brasil - Palikur, Paumari, **Waurá**, Deni, Pareci, Apurinã, Jamamadi e Terena -, Derbyshire discute as relações internas ao conjunto aruák, mudanças diacrônicas e as características areais cross-genéticas das línguas da Amazônia.

Resumindo tais conclusões, com base na análise das categorias e suas funções e das formas morfológicas atuais, o **Waurá** se junta a Pareci e Terena para formar um sub-grupo maipure, distinto do outro em que estão Apurinã e Palikúr. Matteson (1972) incluiu Pareci e Terena num mesmo grupo com os Baure, povo das terras bolivianas e do sul do Perú, colocando a hipótese da existência de um continuum linguístico arawák/maipure da região do Alto Xingu para oeste/sudoeste. Se acrescentarmos outro grupo - os Enanewé, de contato recente - que fala uma língua muito próxima a dos Pareci, temos uma concentração maipure em Mato Grosso ligada por uma espécie de canal histórico imemorial aos povos, outrora muito mais numerosos e com população bem maior, arawák/maipureanos, canal que atravessa o Mato Grosso do Sul até as terras do Chaco. Relações mais distantes, mas certamente próximas em época mais antiga, ligam esse conjunto centro-meridional aos Arawák da Amazônia ocidental, Acre, Perú.

No Alto Xingu, **Waurá** e Mehináku constituem variantes dialetais próximas, com boa inteligibilidade mútua; por outro lado, a proximidade destas duas variantes com a terceira língua aruák da região, o Yawalapíti, é bem menor, sugerindo que talvez se trate de uma distinção mais do que dialetal. Há uma considerável quantidade de empréstimos de uma língua para outra, no Alto Xingu, devido ao longo periodo de convivência inter-tribal, sem mencionar prováveis influências que vão além do léxico, aspecto sobre o qual quase nada sabemos. Temos, assim, traços aruák nas linguas tupí-guaraní alto-xinguanas, sobretudo no Aweti. Fora da região dos formadores, ainda dentro do Parque, o Juruna, outra língua tupí, também apresenta empréstimos aruák. O vocabulário aruák é dominante na esfera ritual e mitológica alto-xinguana e também dos Bakairí, grupo de língua carib que já teve seu lugar na sociedade dos formadores, na época em que compartilhava com os **Waurá** o curso do rio Batovi (veja-se quesito 3).

Os Waurá ceramistas

Se os Kamayurá são famosos pelos seus arcos pretos e os Carib pelos colares de caramujo (uma espécie de 'moeda' nativa), os **Waurá** são os ceramistas do Alto Xingu. É esta a sua especialidade reconhecida e é este o seu papel no sistema de troca de manufatos. As fotos 2 e 3, tiradas por nós na aldeia, mostram uma das melhores

Acervo ISA

ceramistas atuais exibindo uma de suas obras e uma menina segurando em suas mãos o barro vermelho, matéria prima essencial, encontrada em alguns pontos na porção sul do território waurá -alto Batovi e na própria "Terra do Batovi', área objeto da presente Ação.

Diz a antropóloga Gertrud Dole (1993: 382-83):

"Atualmente apenas os **Waurá** fazem cerâmica para trocar com outros grupos Entretanto, nem sempre isso foi assim. Antigamente os Mehináku (outro grupo aruák) faziam cerâmica (...) [Hoje] Ireland (s/d) conta que, entre os Mehináku, aqueles que fazem cerâmica regularmente são uma mulher waurá de alta linhagem, sua filha e sua neta, e que os **Waurá** insistem orgulhosamente em que eles são os únicos xinguanos que fazem e sempre fizeram cerâmica.

Presumivelmente outros na região, fizeram cerâmica alguma vez.. Além disso, na vizinhança do antigo sítio kuikúro de Lahatuá, situado a alguma distância ao sul da atual aldeia, (..) há abundantes fragmentos de cerâmica, que diferem muito da tradição cerâmica waurá (Dole, 1961-1962).

(...) Por sua parte, os Kamayurá também dizem ter feito muito boa cerâmica em tempos antigos (...). Apesar disso, em lugar de desenvolver uma tradição ceramista homogênea na região, os povos tupi, karib e trumai abandonaram sua cerâmica e atualmente obtém suas vasilhas por meio de trocas com os **Waurá**.

Embora investigações preliminares sugiram que a forma das grandes vasilhas, usadas comumente para processar mandioca, tem sido desenvolvida na região do Alto Xingu, o estilo e ornamentação de grande parte do material pré-histórico parecem estar mais próximos dos espécimes do Orenoco, e talvez do Amazonas, em áreas ocupadas antigamente por povos de fala aruák ( ) As vasilhas waurá são algumas vezes pintadas com uma planta grudenta e com urucum, o pigmento vermelho de sementes de *Bixa orellana* (...). Isto sugere outra especialidade: os **Waurá** produzem urucum vermelho (yucu) em grandes quantidades e comerciam-no com outros grupos (Schultz e Chiara, 1971:27), o que faz lembrar os arvoredos cultivados ao longo do Orenoco e Amazonas e nas Antilhas, nos tempos dos primeiros contatos europeus, onde eram plantados pelos Taino de fala aruák (...) "

As cerâmicas waurá - grandes vasilhas circulares e recipientes de tamanho variado geralmente zoomorfos - e sua ornamentação com desenhos geométricos são objeto de admiração e de estudo desde que se iniciaram as pesquisas antropológicas no Alto Xingu, com Von den Steinen (1940) no final do século passado. Citamos apenas, além de Von den Steinen, Pedro Lima (1950); Vera Penteado Coelho (1981; 1993), Berta Ribeiro (1993). As panelas de barro dos **Waurá** de hoje continuam uma mesma tradição, cuja continuidade impressiona qualquer observador. É suficiente comparar a foto 2 com a ilustração do livro de Von den Steinen (figura 1), registro das cerâmicas feito em 1887, e com a reconstrução das panelas de época prehistórica (a partir do ano 1.000) feita pelo etnoarqueólogo Michael Heckenberger em sua recente pesquisa no

Acervo ISA

Alto Xingu (1993-94), com base no abundante material encontrado durante escavações de sítios arqueológicos na região (figura 2).

As cerâmicas waurá constituem um importante item da produção de arte alto-xinguana, expostas em museus do mundo inteiro, colecionadas e comercializada nas grandes cidades do Brasil e no exterior (nem sempre atribuindo a elas um adequado valor monetário). *A matéria prima para a fabricação da cerâmica waurá é procurada e obtida no alto curso do rio Batovi, incluindo a "terra do Batovi", área objeto da presente Ação.*

O sal waurá

Waurá e Mehináku são os únicos grupos do Alto Xingu a fabricarem o chamado 'sal de cinzas', tempero dos alimentos e outro item importante de troca.

Observamos a vasta extensão de plantas flutuantes, o jacinto d'água ou águapé, no canal que liga a lagoa waurá ao Batoví, exatamente como relatado por Schultz em 1964. O processo de coleta dessas plantas e da fabricação do sal vegetal - através de queima, dissolução e condensação - foi descrito em detalhes por Schultz em escritos (Schultz e Chiara, 1971) e em filme (arquivos do Museu do Índio e da FUNAI). A coleta das plantas é realizada principalmente pela mulheres e marcada pelo ciclo cerimonial da 'festa' Yamurikumálu, ritual feminino por excelência.

A identidade política e cultural waurá

Afirma Dole (1993:386):

> "Todas as sociedades do Alto Xingu são relativamente igualitárias. Entretanto (...) a liderança é mais complexa entre os arawák e tupi do Alto Xingu (...). Segundo Von den Steinen, a tatuagem era usada, em 1887, para diferenciar os membros da família do chefe entre os arawák (...) a relativa formalidade da liderança e das distinções de linhagem, particularmente entre os arawák e os tupí, torna-se especialmente interessante à luz da ocorrência de chefes principais e de classes sociais entre os antigos povos arawák e tupi na Amazônia, os taino e os pareci, arawák do oeste de Mato Grosso, que estão separados do Alto Xingu apenas pelos bakairí (...). Entre os arawák e tupi, os membros das famílias extensas são as unidades de produção mais comuns, e muitas atividades desses grupos são formalmente organizados por donos de casas ou pelo chefe da aldeia. Mesmo os grupos de trabalho maiores, algumas vezes verdadeiramente comunais, são frequentemente organizados para o trabalho de roça, pesca e construção de casas...Uma interessante ilustração da maneira de estruturar o trabalho, entre os **Waurá**, é dada pelas suas partidas de pesca com rede, nas quais os homens colocam suas canoas em duas fileiras paralelas, das quais uma dirige os peixes para os que seguram a rede situados

Acervo ISA

na outra fileira (Schultz e Chiara, 1971:293), procedimento este que não foi observado entre outros grupos da área (...).

Uma manifestação especialmente interessante, da estrutura visível do trabalho e do espaço entre os arawák, consiste em caminho largos e retos, que muitas vezes foram mencionados como estradas (...). Há uma estrada como esta, que leva ao Norte, em direção ao rio Culuene, saindo da região ocupada pelos Kuikúro em 1954. Entretanto, as fotografia aéreas mostram que esta estrada está ligada ao sítio de um grande povoamento prehistórico, que precedeu a ocupação kuikúro (...). Este fato, juntamente com os nomes de lugares arawák, tais como Culuene e Tuatua, levam a pensar em uma antiga ocupação arawák na parte oriental do Alto Xingu, antes da chegada dos povos de fala karib, os quais, por sua vez, claramente precederam tanto os tupi com os trumai (..).

Enquanto os Trumái e os Kamayurá são os responsáveis pela introdução e elaboração (das cerimônias) do Javari e do Kwarup, os arawák do Alto Xingu demonstram uma ênfase especial quanto ao lugar das mulheres na sociedade..Entre os arawák, também o Yamurikumã, a cerimônia que reencena o mito das "Amazonas", é mais elaborado (Schultz, 1966; Schultz e Chiara, 1971:297), sugerindo uma conexão entre esta e os povos arawák situados em outros lugares (..). Na região do Alto Xingu numerosos elementos da mitologia arawák parecem ter sido incorporados nas cosmogonias de outras tribos, e a evidência linguística indica que a língua arawák forma a base para a maioria das canções cantadas nos rituais intertribais em toda a área (Gregor, 1977:313; Von den Steinen, 1940:197; Galvão, 1949:35, 41-42) (Franchetto, 1992, 1993; informação acrescentada por BF) (. .). "

São também de origem arawák, e mais frequentemente realizados nas aldeias arawák do Alto Xingu, os rituais das 'flautas sagradas' e dos 'zunidores', emblemas da identidade masculina. Além disso, o xamanismo é mais desenvolvido entre os arawák, o que, segundo Dole, faz lembrar os xamãs taino, manao, mojo, piro e pareci, todos de fala arawák. Muita da tradição de mitos e lendas alto-xinguanas é certamente de raízes arawák. Em suma, podemos afirmar que existe uma 'matriz' arawák na região, que, uma vez investigada a fundo em pesquisas etno-históricas, etno-arqueológicas e linguísticas, poderá ajudar a esclarecer definitivamente a história dos povos que vieram a formar a sociedade alto-xinguana, bem como o processo de constituição desta mesma. Remetemos ao quesito 3 para um aprofundamento dos aspectos históricos.

Nesse contexto e na cena atual, os **Waurá** representam, sem dúvida, e como tais são reconhecidos pelos outros povos do Alto Xingu, o grupo mais 'antigo', mais 'nobre', mais 'conservador' e conservado, mais coeso, com uma força cultural e política que os torna um verdadeiro ponto de referência na região.

Acervo ISA

Quem são os Waurá hoje?

A atual aldeia waurá se situa próxima de uma lagoa ligada por um canal ao alto curso do rio Batoví, na sua margem direita (fotos 4 e 5, de autoria da Perita). As aldeias tradicionais eram localizadas bem mais a o sul, ao longo do médio e alto Batoví, e foram abandonadas não por vontade dos indios, mas por razões decorrentes do contato com os brancos. Os sítios das aldeias 'antigas' são constantemente visitados e próximo a eles se encontram alimentos e matérias primas fundamentais para os **Waurá**. Voltaremos a isso nos Quesitos 2 e 3. O Chefe Atamãi, responsável pelo trato com os brancos, é filho do famoso Chefe Walakuyawa, famoso, inclusive, por ter sido um dos protagonistas da série "Xingu" da TV Manchete, ideada e dirigida por Washington Novaes. Lembramos os artigos/epitáfios com que Novaes chorou a morte de Walakuyawa em vários diários do País.

Os **Waurá** de hoje vivem num mundo em que a cultura autóctone convive com elementos da cultura não-indígena. De um lado, são os mesmos que Von den Steinen encontrou há um século. Quando chegamos na aldeia, um grupo de mulheres estava dançando e cantando preparando o clima da 'festa' Yamurikumalu, na espera dos pescadores que em dois ou tres dias voltariam do alto Batoví com comida suficiente para a comemoração final, a grande cerimonia coletiva. Atamãi nos recebeu em sua casa, onde toda sua família estava nos esperando, homens descansando em suas redes de buriti, mulheres preparando a bebida tradicional de mandioca e os beijús, que nos seriam oferecidos com suculentos peixes assados. Ao mesmo tempo, grandes panelas de alumínio brilhavam à luz do fogo, a rapazeada jogava futebol na praça central, uma antena parabólica e baterias solares marcavam a entrada da casa de Atamãi, onde está guardado o rádio pelo qual é possível comunicar diariamente com o 'mundo de fora'. Todos falam a língua nativa, poucos são os que dominam o português, geralmente homens mais jovens que já conhecem as cidades e a vida dos brancos Os jovens, sobretudo, se sentem atraídos pelo 'exterior' e manifestam uma enorme sede de conhecimentos que extrapolam a esfera tradicional.

O que os **Waurá** pensam de nós, dos brancos? Diz a antropóloga Emilienne Ireland, que conviveu com eles de 1981 a 1983, chegando a falar com raozável fluência a sua língua (Ireland, 1984):

> "Se os **Waurá** admiram fortemente e querem adotar a nossa tecnologia, eles consideram o nosso sistema moral repugnante. Para os **Waurá**, os brancos são desconcertantes. Na sua visão, há uma bizarra contradição entre a nossa extraordinária habilidade em fazer utensílios e máquinas, e a nossa manifesta inabilidade em lidar com os nossos semelhantes sem recorrer à violência e à ameaça. Igualmente, eles não conseguem entender como um povo abençoado

Acervo ISA

com uma riqueza fabulosa possa ser desprovido, em várias ocasiões, de compaixão humana diante do sofrimento do faminto ou do pobre e, mais traumático, diante do sofrimento de crianças (...).

Os **Waurá** acham que o comportamento egoista e violento e especialmente a crueldade com as crianças devem ser considerados vergonhosos e que quando as pessoas atuam de modo anti-social elas perdem o respeito da comunidade."

Citando literalmente as palavras de um velho waurá:

"O que devemos fazer para sermos ouvidos pelo branco? Ele não nos respeita porque não nos teme. Ele nos olha e vê que não temos sede de sangue, e, assim, pensa que somos fracos (...). O que devemos fazer para sermos respeitados pelo branco? (...) O branco é violento e orgulhoso de seu poder destrutivo: ele atira nas pessoas com armas de fogo, as corta com facas, joga bombas que como navalhas gigantes arrasam tudo que é vivo ou que queimam com um fogo terrivel que nehuma água pode apagar. Disso ele é orgulhoso e isso ele sabe fazer muito bem. Então, como ele pode nos entender, nós que somos diferentes?

Se fossemos diferentes do que somos, matariamos o branco para ganhar respeito (...). O branco nos escutaria queto quando falássemos, ao invés de sacudir a cabeça e zombar de nós (..). "

QUESITO 2 : DESCREVA AS FORMAS DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL DA COMUNIDADE WAURÁ.

O território **Waurá** - reconhecido, ocupado e utilizado - se estende num raio de, no mínimo, 10 quilómetros em volta da atual aldeia - Piulá'ra -, ao longo do rio Batovi, em suas margens esquerda e direita, até a localidade chamada de **Kamukwaká**, cujo valor histórico e religioso é sempre enfatizado pelos índios, e incluindo a área conhecida como "**Terra do Batoví**".

Como toda a região do Alto Xingu (formadores), o território **Waurá** se caracteriza por um mosáico de áreas ecológicas distintas e os indios conhecem profundamente e exploram sabiamente cada uma delas. As áreas de 'terra firme', elevações entre os cursos de água, onde há extenções de floresta tropical, são escolhidas para erguer as aldeias e para as roças, pelo fato de não serem submersas durante as enchentes da estação chuvosa. Nas áreas de floresta, se encontram muitos produtos utilizados pelos índios como folhas e raizes para os remédios, resinas, pequi, urucum, macaúba, bem como vários tipos de madeiras, cipós e o sapé, matérias primas para a construção das casas e para diferentes artefatos (bancos, máscaras, jirais,

Acervo ISA

depósitos, etc.). Grande parte dessa floresta é constituida por vegetação secundária, fruto de modificação humana em e em torno de sitios habitados ao longo da história do povoamento do território, ocupação de, pelo menos, 1000 anos. As áreas de 'terra preta', que sabemos serem também resultados da ação histórica humana, são as mais procuradas pela sua fertilidade, sobretudo para o cultivo do milho, e se encontram a distâncias variadas da aldeia, às vezes consideráveis. A pesca explora rios, canais, igarapés, lagoas. Canais, lagoas e pequenos rios se cobrem de aguapé, matéria prima para o sal nativo. Em certos pontos próximos aos cursos de água, frequentemente distantes da aldeia, se encontra o barro vermelho e outras matérias primas necessárias para a fabricação da cerâmica, cuja importância já ressaltamos. As praias que aparecem ao longo dos rios na estação seca fornecem os ovos de tracajá, ingrediente importantíssimo da dieta protéica indígena. O campo cerrado é o nome dado às savanas naturais que separam os rios das 'terras firmes' e que são alagadas na estação das chuvas; nelas os indios encontram caça e por elas passam os caminhos que ligam as diferentes áreas ecológicas exploradas. Por fim, há os buritizais que coroam os pequenos rios internos à bacia dos formadores; os frutos e as folhas da palmeira buriti são amplamente usados como alimento e matéria prima da qual se processam as fibras para cordas, redes, pentes, cestas, vestimentas rituais, etc.

Roças e plantações se localizam no grande círculo em volta da aldeia, no local do antigo PIV, a pouca distância ao sul da confluência do rio Batovi e do ribeirão Antonio Bacaeris, e em volta do atual PIV, próximo do limite sul do Parque. Estes dois últimos locais se encontram no interior da chamada "Terra do Batovi". Os **Waurá** cultivam mandioca - base de sua dieta vegetal -, milho, algodão, batata doce, algumas espécies de árvores frutíferas, pequi, pimenta, tabaco, urucum; é incipiente o cultivo de arroz e feijão.

Pesca, caça, coleta de pequi e frutas, procura de mel e matérias primas, bem como as viagens para visitar sítios antigos e sagrados, são todas atividades realizadas subindo o rio Batovi até o local chamado de Kamukwaká, situado além da fronteira do Parque, ainda mais rio acima (umas duas horas de barco a motor partindo do ponto em que o limite do Parque atravessa o Batovi). Uma extensa rede de caminhos pela mata de galeria e pelos campos nas duas margens do Batovi ligam a aldeia atual aos sítios antigos e aos locais de pesca nas lagoas e de coleta de alimentos e matérias primas. Quando afirmamos que o curso do Batovi, até a localidade de Kamukwaká, é território de ocupação dos **Waurá**, entendemos que as suas duas margens são amplamente conhecidas e exploradas pelos índios, incluindo a "Terra do Batovi", área objeto da presente Ação.

Acervo ISA

Procedemos, a seguir, ao relato pormenorizado de nossa viagem pelo Batovi, da aldeia waurá até o atual Posto de Vigilância (PIV), situado a poucos metros do limite do Parque. Fotografias tiradas durante a viagem ilustram alguns pontos do percurso. Este relato é importante pelo fato dele comprovar a ocupação indígena e as formas desta, recorrendo às observações in loco do perito/antropólogo e às informações generosas e precisas fornecidas pelo nosso guia, Tapaié, e por outros **Waurá**.

Saímos da aldeia waurá - Piuláɣa - às 6:30 horas, em voadeira. Antes da epidemia de sarampo de 1954, já mencionada, existiam tres aldeias waurá. Encontramos o sítio da primeira - Watsiedu - ainda perfeitamente visível, a uma hora e meia de voadeira (25HP) após ter deixado a boca do rio Piulá no Batovi, subindo este último. As outras duas aldeias situavam-se um pouco mais rio abaixo, conhecidas pelos nomes de Tsariwapi e Kamaiute. Os locais das aldeias antigas continuam sendo frequentados assiduamente pelos índios, já que nas suas proximidades se encontram extensos pequizais e outras materias primas. A aldeia de Watsiedu está localizada em região de campo (foto 6) e dela vários caminhos levam para as outras aldeias, inclusive a atual. Não longe de Watsiedu, ainda subindo o Batovi, encontramos uma bela lagoa onde os **Waurá** buscam as conchas utilizadas para descascar mandioca e, sobretudo, para o preparo final (raspagem) das panelas de barro. Continuamos subindo o rio. Passamos pelo local Meheperianuma; nosso guia nos contou que em certos dias é possível, estando sentado numa beira, admirar as danças e o som das flautas de seres antropomórfos ("outra gente") em festa na beira oposta.

Depois de umas quatro horas de viagem, paramos no local chamado Puipihi, onde reabastecemos o motor com um galão de gasolina deixado na beira; era um dos lugares de parada para reabastecimento espalhados ao longo do Batovi. Em seguida passamos por Tipepeweké, lugar importante para acampamentos de pescaria e um dos pontos onde os indios retiram o barro vermelho, matéria prima da cerâmica. Encontramos uma família (tres adultos e duas crianças, fotos 7, 8 e 9) que, em duas canoas, estava calmamente subindo o Batovi pescando; tratava-se de uma pescaria finalizada a realização das festas de Yamurikumálu e Tawarawanã, cujo início presenciamos quando ainda na aldeia. Eles estavam pescando já há alguns dias, durmindo nos acampamentos das margens e nos apontaram o local da próxima parada, rio acima, chamado Makulapuku.

Passada meia hora de viagem, chegamos a sítio de uma das antigas aldeias bakairi, Tapakuia, próxima a outra lagoa. Aí nosso guia Tapaié lembrou as escaramuças entre **Waurá** e Bakairi, de um lado, e Ikpeng (Txikão), do outro, fatos já por nós apresentados e que se desenrolaram ao longo da primeira metade deste século.

Acervo ISA

Lembrou, também, as relaçoes amistosas entre Bakairi e **Waurá**, as festas e rituais realizados em conjunto; observou enfaticamente que existem **Waurá** entre os Bakairi, resultado de casamentos inter-tribais, e que, por isso, os **Waurá** esperam que um dia seja possível visitar as aldeias do Paranatinga e acolher visitantes bakairi no Xingu. Mais uma hora de viagem e chegamos ao local Manhapiri, particularmente rico de peixes e onde os índios encontram a raiz da qual extraem o "remédio" usado nas reclusão pubertária masculina; trata-se de um emético cuja ingestão "limpa e faz o rapaz recluso engordar e ficar forte".

Depois de meia hora de Manhapiri, passamos pelo sitio da antiga aldeia waura chamada Tsekuru; um canal a liga a uma lagoa, outro excelente lugar para pescarias conhecido pelo nome de Awaduma (foto 10). Outra meia hora de viagem e alcançamos Kamininhatiwi, "fogo de sol"; outra meia hora demoramos para chegar a Mapawaká, "a aldeia do mel", onde os índios coletam grandes quantidades de mel na estação seca. Às 14 horas passamos por outro local, Enewitakú e às 14:30 Tapaié nos mostrou o ponto - uma grande praia - até onde costumavam chegar, até poucos anos atrás, pescadores e caçadores brancos, intrusos em área indígena já no interior do Parque. Entre este ponto e o local chamado Tsunapunawaká, Tapaié localizou o principal cenário dos conflitos com os Ikpeng, na primeira metade do século, mostrando o barranco íngreme do qual os Ikpéng vigiavam os pescadores waurá. Às 15 horas, passamos pelo sítio de outra antiga aldeia bakairi, também parte do palco da história indígena; daí, disse o nosso guia, os Bakairi foram se retirando na direção do rio Paranatinga, em decorrência das epidemais e dos ataques Ikpéng, os quais se deslocavam entre os rios Batovi, na seca, e Jatobá, na época de cheia.

Às 15:30 chegamos à boca do ribeirão Antonio Bacaeris, ponta norte da área conhecida como "Terra do Batovi". Entramos por uns dois quilómetros subindo o Antonio Bacaeres para ver o campo da margem esquerda, local de antiga aldeia bakairi, já dentro da área "Terra do Batovi"; observamos extensos pequizais e as marcas claras de várias roças. Retomada a viagem, após uma curva de rio, passamos pelo local onde os índios se defrontaram com pescadores e caçadores brancos em 1989, episódio conflituoso e que fez com que os **Waurá** intensificassem a vigilância ao longo do Batovi (ver quesito 12). Em seguida fizemos outra parada para visitar o local do primeiro Posto de Vigilância, construido em 1989 e destruido por pistoleiros brancos (ver resposta ao quesito 12). As fotos 11 e 12 mostram as atuais construções indígenas e roças neste local, dentro da "Terra do Batovi". A uns quinze minutos ainda subindo o Batovi, Tapaié nos mostrou na margem esquerda outro caminho que liga um ponto de pesca ao sitio de antiga aldeia Ikpeng. Finalmente, chegamos ao atual Posto de Vigilância do Batovi às 17 horas. As fotos 13, 14, 15 e 16 e 17 mostram o local do

Acervo ISA

atual PIV, com suas construções, sua roças e seus habitantes; estamos na "Terra do Batovi".

Gostaria de incluir aqui o depoimento do chefe Atamãi, recolhido na aldeia waurá durante a viagem de perícia, como evidência testemunhal da ocupação do limite extremo sul do território indígena, mas já fora da fronteira do Parque. Trata-se da narrativa/mito de Kamukwaká, sítio sagrado e visitado pelos **Waurá** (localizado no mapa anexo 4). O local, dizem os **Waurá**, próximo de corredeiras e cachoeiras, se caracteriza por apresentar um relevo rochoso que se destaca numa região de campo aberto; encontra-se aí uma grande gruta (ou talvez um conjunto de grutas) cuja entrada é um estreito buraco na abôbada, abertura apenas suficiente para a passagem de um homem de cada vez. Segundo os índios, as paredes da gruta são repletas de desenhos ou pinturas rupestres, o que tornaria o local um sítio arqueológico de valor inestimável e a ser pesquisado. Para os **Waurá**, Kamukwaká é o palco de mais uma das gestas de Sol, personagem mítico criador de muitos dos elementos da cultura alto-xinguana.

> "O lugar de Kamukwaká fica depois do limite, tres dias de canoa do limite. A gente anda muito longe, sabe, e nós o visitamos sempre que pudemos. Um povo antigo morava lá, lá morava um homem chamado Kamukwaká, bem bonito. Kami, o Sol, ficou com inveja e resolveu acabar com Kamukwaká. Este tinha duas irmãs, Alaveru e Alapikumalu. Moravam numa casa grande. Kami veio de sua aldeia no Morená (a confluência dos formadores, onde começa o rio Xingu), chegou lá e casou com Alapikumalu. Casaram. Foram para o rio e tomaram banho. No rio morava Uapi'ão, Peixe-Cachorro, que robou a mulher enquanto se banhava. Carregou a mulher e a levou para perto de Tapakuya, descendo o Batovi. Sol ficou triste; "rezou" e transformou o cinto que sua mulher tinha abandonado na beira do rio numa imensa cobra. Sol chamou Arara Preta e a mandou acabar com Kamukwaká Arara Preta entrou na casa deste e lá lhe ofereceram frutas e sementes. Kamukwaká pediu para Arara Preta, já amansada, que fizesse um buraco no alto da casa para ele ter por onde fugir, já que tinha entendido as intenções de Sol. Este mandou Periquito para que acabasse com Kamukwaká; de novo Kamukwaká deu comida. O mesmo aconteceu com outro papagaio. Sol insistiu e não se deu por vencido. Pediu para Macaco que matasse Kamukwaká. Mas Macaco também não conseguiu; ficou cantando em cima da casa. Finalmente Sol mandou Cobra Grande. Kamukwaká jogou pedaços de pau para Cobra comer. Enquanto isso, continuaram abrindo o buraco no alto da casa. Outro dia, Sol inventou outra e começou a fazer muitas flechas dizendo que ia preparar a festa do furo da orelha (ritual de iniciação masculina). Assim começou a festa do furo da orelha, a primeira de todas. Eram muitos meninos. Sol começou a querer furar as orelhas dos meninos com as flechas; ele na verdade queria matar os garotos. Mas não conseguia; tentava um por um, mas não conseguia. Aí Sol carregou todos os meninos nas costas para a casa dos homens. Lá ficaram os meninos sem comer; Sol queria que eles

Acervo ISA

morressem de fome, mas eles não morreram. De novo Sol chamou Cobra e a mandou comer o pessoal de Kamukwaká que estava fugindo pelo buraco Sol tinha casado com a outra irmã, Alaveru, e com ela teve um filho. Kamukwaká disse para Alaveru, sua irmã, para ficar escondida num canto e a instruiu para que ela fosse cortando Cobra Grande na hora dela ir atrás dos que estavam fugindo. Cobra começou a subir para pegá-los. Alaveru com um facão foi cortando pedaços de Cobra. Alaveru pegou o filho e, junto com Kamukwaká e seu povo, fugiu para a boca do Batovi; eles queriam fugir para a aldeia dos pássaros, lá no céu. O caminho para a aldeia dos pássaros é bem reto; mas há outro caminho, perigoso, que leva à aldeia de Onça. Infelizmente erraram e lá se foram até a aldeia de Onça. Lá chegaram, não tinha ninguém, estavam todos pescando; Kamukwaká foi direto para a casa do chefe. Chegou Jaguatirica, sentou fora da casa sem perceber a presença de gente. As onças voltaram da pescaria e houve guerra entre as onças e os homens. Acabaram as onças e assim os homens começaram a fazer colares de unhas de onça, cintos de couro de onça e todos ficaram enfeitados. Voltaram da aldeia de Onça. Enquanto isso, Sol tinha regressado para a sua aldeia no Morená. Dizem que ainda hoje, às vezes, os pescadores que passam por Kamukwaká ouvem vozes de gente e os ruídos da vida de uma aldeia."

Os relatos da viagem de perícia subindo o rio Batovi e do mito de Kamukwaká revelam de modo incontrovertido que os ***Waurá*** *se identificam como o povo do Batovi e que este rio é parte integrante da identidade dos* ***Waurá****. Eles o percorrem desde tempos imemoráveis em quase toda sua estensão navegável: o local de Kamukwaká, uma cachoeira do Batovi e mencionado neste laudo pelo seu significado histórico e religioso, sempre representou o limite meridional das viagens dos índios subindo o Batovi para suas pescarias e em busca de matérias primas. Havia aldeias waurá, bakairi e ikpéng nas duas margens do alto Batovi até os anos 50. Todo o rio é nomeado: a rica toponímia indígena, toda em língua waurá, constitui uma das evidências do uso e do conhecimento indígenas. Todo o curso do rio Batovi até, pelo menos, o local de Kamukwaká e incluindo a área chamada de "Terra do Batovi" sempre pertenceu ao território de ocupação tradicional indígena e, especificamente, do povo waurá.*

QUESITO 3 : É POSSÍVEL AFIRMAR QUE OS WAURÁ TÊM TRADICIONALMENTE OCUPADO SUAS TERRAS? SE POSITIVO, INDIQUE, AINDA QUE DE MODO APROXIMADO, DE QUANDO DATA ESSA OCUPAÇÃO.

Não existe qualquer dúvida quanto ao fato de que os **Waurá** tenham e têm ocupado tradicionalmente suas terras e de que essa ocupação é muito antiga.

Acervo ISA

Para responder ao Quesito se faz necessário proceder à reconstituição, com base nos nossos atuais conhecimentos, da história dos **Waurá,** o que nos remete, em vários momentos, à história dos povos da bacia dos formadores do rio Xingu. Essa história é possível graças às fontes documentais escritas, à memória oral dos povos indígenas (outra fonte documental) e à pesquisa etno-arqueológica. A resposta a este Quesito se organiza em duas partes. Na primeira oferecemos os conhecimentos até o momento acumulados sobre a ocupação indígena da região anterior a 1884. Na segunda parte, procedemos à apresentação da história da ocupação do território **Waurá** a partir do final do século XIX, já que remonta a esta data a documentação escrita que possuímos. Estabelecemos a seguinte periodização abrangente: (1) ocupação prehistórica tardia que se inicia em 950 D.C. e chega a 1.500; (2) protohistória, após a chegada dos brancos e anterior à documentação escrita; (3) história, a partir de 1884.

Prehistória e Protohistória (950-1884)

Baseamos nossa síntese da reconstituição da ocupação indígena anterior à segunda metade do seculo XIX no extenso estudo etnoarqueológico de Michael Heckenberger (1995) na região do Alto Xingu (bacia dos formadores). A pesquisa de Heckenberger constitui um marco absolutamente inovador para a história não apenas do Alto Xingu, como também no contexto da história do povoamento nativo do Brasil.

Outros pesquisadores antecederam Heckenberger realizando escavações e *surveys* arqueológicos na região; lembramos Eduardo Galvão (1950), Robert Carneiro (1957), Gertrud Dole (1961/62), Mário Simões ((1967), Nobue Myazake (1979; pesquisa na área **Waurá**), Kneip (1969), Pierre Becquelin (1978, 1993), Pedro Agostinho (1993). Esses especialistas chegaram a estabelecer a existência de duas distintas tradições de cerâmica: a fase Diauarum, datada de 1120 D.C., característica da ocupação antiga ao norte da confluência dos formadores (Morená) e a fase Ipavu, datada de 1200-1300 D.C., caracteristica dos sitios ao sul da confluência e que se localizam em toda a área da bacia dos formadores. Carneiro e Dole, a partir de seus estudos na área dos grupos carib (formadores orientais, Culiseu e Culuene), afirmaram a existência de grandes aldeias, muito maiores do que as atuais, fortificadas por valetas e paliçadas.

É, felizmente, na Tese de Doutorado de Heckenberger que encontramos uma avaliação dos resultados conseguidos até agora e o acréscimo valioso dos resultados de sua própria pesquisa, realizada nos anos de 1993 e 1994

Com base em escavações de sítios conhecidos e apontados pelos próprios índios em vários pontos da bacia dos formadores, na análise das cerâmicas

Acervo ISA

encontradas, na datação por rádiocarbono (ver Figura 3 em anexo) e evidências históricas, o autor propõe uma cronologia especifica da ocupação indígena do Alto Xingu com a seguinte periodização: (1) o Período Prehistórico Tardio (primeira fase Ipavu) de 950 a 1400 D.C.; (2) o Período de Transição (fase Ipavu tardia), de 1400 a 1650 D.C.; (3) o Período dos Primeiros Contatos (fase proto-xinguana), de 1600-1650 a 1750; (4) o Período Tardio de Contato (fase xinguana inicial), de 1750 a 1884; (5) o Período Histórico (fase xinguana tardia), de 1884 até hoje. Como se vê, existe no Alto Xingu material arqueológico (cerâmica e lítico, basicamente) que a datação precisa atual por radiocarbono faz remontar a uma ocupação nativa a partir de, pelo menos, o ano de 950 D.C.

Destacamos aqui as principais conclusões da pesquisa de Heckenberger:

(a) O material arqueológico fundamental em que se baséiam a datação e a reconstrução do povoamento da região é a cerâmica e esta é tradicionalmente um artifato de povos arawák, os mesmos **Waurá** e Mehináku de hoje; tais artifatos estão presentes em todo o território dos formadores. Isso comprova a hipótese de que os primeiros habitantes de toda essa área foram arawák, os ancestrais dos atuais **Waurá** e Mehináku e de que seu território de ocupação foi bem maior do que aquele documentado a partir do final do século XIX.

(b) As fases conhecidas como Diauarum e Ipavu não são tradições de cerâmica distintas, mas variantes de um mesmo padrão. Esse padrão é o mesmo das cerâmicas dos atuais **Waurá** e Mehináku. Temos, assim, uma impressionante continuidade de ocupação, especificamente arawák, da prehistória (pelo menos desde 950 D C) até hoje (ver foto 2 e figuras 1 e 2).

(c) No interior da fase Ipavu prehistórica é possível distinguir dois periodos, o primeiro de 950 a 1400 D C., o segundo de 1400 a 1600 D.C., bem como tres complexos ou 'culturas': o complexo ocidental (a oeste do rio Culuene, atribuivel a povos arawák predecessores dos atuais **Waurá**), o complexo oriental (a leste do rio Culuene), o complexo norte (Diauarum, ao norte da confluência dos formadores). Todos esses povos prehistóricos devem ter sido arawák. Todos esses arawák tinham uma economia envolvendo a produção de cerâmica associada, como é hoje, ao cultivo da mandioca. Esses grupos representavam, e representam, a fronteira oriental de uma migração arawák proveniente do oeste e anterior a 800-1000 D.C. Tal migração pode ser reconstruida pela conhecida distribuição dos grupos de línguas arawák na Amazônia meridional e, particularmente, pelas claras afinidades linguísticas que ligam os Arawák do Alto Xingu (**Waurá**, Mehináku, Kustenáu e Yawalapiti) aos grupos arawák incluídos sob o nome de Parecí, localizados a oeste do Alto Xingu. Todos esses grupos são classficados como Arawák Centrais (Payne, 1991; Urban, 1992).

Acervo ISA

(d) Comprova-se a hipótese de Carneiro e Dole sobre a presença de aldeias fortificadas, que apareceram a partir de 1350-1450 D.C. e dominaram até 1600, época a partir da qual teria se iniciado a penetração de povos carib vindo do oeste do rio Culuene. Essas aldeias fortificadas (valetas e paliçadas) também foram habitadas por Arawák, como mostra a enorme quantidade de cerâmicas nelas encontradas. Não sabemos exatamente o que determinou essa dramática mudança que levou ao surgimento das aldeias fortificadas; é evidente que a o desenvolvimento de técnicas de proteção devia responder a necessidades de defesa de ataques externos. Foi provavelmente resultado de uma fase de compressão populacional durante a qual, em períodos sucessivos, foram penetrando no Alto Xingu, povos tupi e carib, iniciando a formação pluriétnica dessa região; outros povos deviam ter se deslocado para as fronteiras do Alto Xingu, contribuindo para essa compressão (grupos de língua jê, entre outros). Extremamente interessantes são os dados apresentados por Heckenberger a respeito da estrutura e do tamanho das aldeias desse período. Erguidas em áreas de, no mínimo, 45 ha, elas se caracterizavam por uma grande praça central, em volta da qual se dispunham as casas, de mais de 130 metros de diámetro, e por estradas de 20 a 50 metros de largura, que partiam radialmente da praça. Caminhos (verdadeiras estradas) cortavam todo o território do Alto Xingu, ligando as aldeias não apenas a plantações, rios e lagoas, mas a outras aldeias também, mostrando como já existiam intensas relações intertribais, certamente não sempre pacíficas. A população dessas aldeias pode ser estimada em 1500 até 7000 pessoas.

(e) O quadro se alterou rapidamente após os primeiros impactos da chegada dos Europeus, com depopulação e o enfraquecimento de muitos dos sistemas sócio-políticos macro-regionais nativos, entre 1500 e 1600. Entramos na chamada 'fase proto-xinguana'. O período que se seguiu a 1720-1750 foi também caracterizado pelas consequências do contato com os brancos, um contato agora mais próximo. Exploradores e bandeirantes entraram na Amazônia meridional e no Brasil Central na busca de ouro e de escravos. Com base na história oral (ver também Franchetto, 1992 e 1993), podemos afirmar que essas expedições alcançaram o Alto Xingu por volta de 1750, deixando um rasto de destruição e medo. Entre 1750 e 1880, época das viagens de Karl von den Steinen, o sistema sócio-cultural do Alto Xingu se estabilizou nos padrões até hoje vigentes.

Concluimos dos resultados da pesquisa etnoarqueológica que as tradições ceramistas que remontam ao período da Primeira Fase Ipavu, de 950 a 1500 D.C., são geneticamente relacionadas à indústria ceramista contemporânea. Em outras palavras, os povos ceramistas atuais, ***Waurá*** *e Mehináku, são os descendentes dos povos ceramistas arawák do período do contato (1500 a 1800) e dos povos*

Acervo ISA

ceramistas prehistóricos (a partir de 950 D.C.). Estes últimos representam a fronteira ocidental de uma migração que os levou a se estabelecer no Alto Xingu por volta de 950 D.C. Além disso, afirmamos que os povos arawák forma os primeiros habitantes do Alto Xingu, ocupando até pelo menos 1600 uma área muito maior do que a atualmente ocupada, área que se extendia do vale do rio Batovi até oeste do rio Culuene.

História (1884-1995)

Desde o final do século passado possuímos informações escritas fidedignas sobre a ocupação indígena da região dos formadores do rio Xingu e, em particular, da região atravessada pelo rio Batovi, porção ocidental da bacia dos formadores, território **Waurá.**

Foi Karl Von den Steinen, cientista alemão, quem inaugurou a história documentada do Alto Xingu. Em 1866 Von den Steinen publicou *Durch Central-Brasilien* (traduzido em 1942 para o português) em que descrevia com grande precisão sua expedição de exploração do rio Xingu no ano de 1884. Como se sabe, a região do alto curso do rio Xingu permaneceu durante muito tempo salvaguardada da penetração européia graças às suas condições naturais. Além disso, a inexistência de seringueiras em suas matas contribuiu para preservar este isolamento, enquanto a febre da borracha dizimava os índios Kayabi e Tapayuna na bacia do Tapajós/Teles Pires. Mas voltemos ao relato da primeira viagem de Von den Steinen (Von den Steinen, 1942; Thieme, 1993).

O resultado da viagem realizada entre julho e outubro de 1884 foi o mapeamento detalhado do curso do rio Batovi ou Tamitatoala, alcançado a partir do rio Paranatinga, e do inteiro curso do Xingu, que Steinen percorreu até a sua foz, com sua equipe de pesquisa composta por mais dois alemães, especialistas em cartografia, documentação gráfica e ciências naturais, e um grupo de carregadores e acompanhantes militares brasileiros. Rumo às cabeceiras do Xingu, a expedição acompanhou o rio Cuiabá e passou por duas aldeias de baikairi "mansos", ou seja aculturados e convertidos, localizadas no rio Novo. Das aldeias do rio Novo veio o guia da expedição, Antonio Bakairí, nome que ficaria consagrado ao batizar o ribeirão homônimo, afluente da margem direita do rio Batovi. Reproduzimos nos Mapas 3 e 4 em anexo os mapas elaborados pelos cartógrafos O. Clauss e P. Vogel, referentes às viagens de 1884 e 1887 respectivamente e cujo exame deve acompanhar a leitura das páginas seguintes.

Em 13 de julho de 1884, na altura de 14° de latitude sul, começaram a descida de um rio que chamaram de "Batovi" e que os Bakairi chamavam de Tamitatoala

Acervo ISA

(nome arawák). Com canoas de jatobá, enfrentadas inumeras correntezas, após 21 dias encontraram a primeira das quatro aldeias habitadas pelos Bakairí do Batovi, onde tiveram uma acolhida muito amigável graças à presença do guia Antonio. As quatro aldeias eram separadas por alguns dias de viagem, sempre afastadas da margem do rio uma hora de viagem a pé; sua localização no mapa é respectivamente 13°14'2", 13° 7'3", 12°53', 12°30' de latitude sul. Os Bakairí do Batovi, povo de língua karib como seus parentes do rio Novo, apresentavam todas as características sociais e culturais que mais tarde os expedicionários observariam nos outros grupos indígenas da bacia dos formadores.

Rio mais abaixo, os expedicionários encontraram no dia 17 de agosto de 1884 uma aldeia dos índios Kustenáu, povo de língua arawák, na latitude sul de 12°17"9'. Von den Steinen notou algumas importantes diferenças, além da língua, entre Bakairí e Kustenáu. Estes, por sua vez, não se distinguiam dos **Waurá**, cuja aldeia encontrariam continuando a viagem, em 30 de agosto, na altura de 12°13" de latitude sul. Kustenáu e **Waurá** constuituiam grupos muito próximos, falando variantes dialetais muito próximas de uma língua arawák.

Bakairí, Kustenáu e **Waurá** mantinham relações amistosas, integrados numa rede de trocas comerciais, matrimoniais e rituais, que se extendia, então, ao longo de todo o curso do Batovi.

Von den Steinen continuaria sua viagem para o norte, entrando no Xingu no começo do mes de setembro de 1884. Entre os Suyá, encontrados logo em seguida, o autor obteve de um velho índio, um verdadeiro geógrafo, um mapa desenhado na aréia com a localização de todos os grupos do Alto Xingu e que reproduzimos na Figura 4 em anexo.

Para a interpretação correta deste mapa devemos ter em mente que a linha vertical corresponde ao rio Xingu até seu curso superior. As linhas transversais correspondem, por sua vez, aos seus afluentes (os povos dos formadores estão após a terceira linha, a partir do limite superior do mapa). Foi este mapa que levou Von den Steinen a empreender a sua segunda viagem à região em 1887. Nela travou conhecimento dos outros povos da bacia dos formadores. Citamos longo trecho do capítulo VIII ("Geografia e Classificação das Tribus do Xingú Superior") do livro *Entre os Aborígenes do Brasil Central* (1942: 192-93), fundamental para entender o povoamento da região, já que nele o autor faz uma apreciação geral das informações etnográficas colhidas durantes as duas viagens:

> "Não conhecemos os habitantes do Ronuro. Vogel, ouvindo o cacique dos Auetö, que viajou com ele desde a embocadura até Xingu-Koblenz (a

Acervo ISA

confluência dos formadores), compreendeu-lhe as indicações como aí havendo os Kabischi e Kayapó (...).

No afluente do Ronuro, o Batovi-Tamitatoala, que descemos em 1884, existem quatro aldeias bakairi. Sua parte inferior e sua margem direita pertencem aos Kustenáu e aos **Waurá.**

Segue para leste o Kulisehu. À sua margem esquerda encontramos as tres aldeias dos Bakairi: Maigéri ou 'Tapir morreu', Iguéti ou 'Aldeia dos Gaviões', Kuyaqualiéti ou 'Aldeia das Harpias'. À margem direita há ainda a aldeia dos Nahuquá. À esquerda, afastada, uma quarta aldeia dos Bakairi, que não foi visitada por nós. Mais abaixo, à margem esquerda, moram os Mehinaku nas duas aldeias que os Bakairi denominam Paischuéti ('Aldeia do Peixe-cão') e Kaluiti. Parece, porém, que ai existem tres aldeias (...). Da região dos Mehinaku partem numerosos canais que, com algumas lagunas, atravessam o território da parte inferior do Kulisehu e do Batovi. A aldeia dos Auetö pode ser considerada o ponto central da navegação pelos canais. Junto de duas lagunas encontramos os Yaulapiti, em duas aldeias; numa terceira laguna, demos com os Kamayurá, que habitavam quatro localidades próximas umas das outras (...)

O Kulisehu desemboca no Kuluene. Bastaram poucas horas de remo para chegarmos aos Trumai, instalados em duas aldeias. (...) Mais acima, ainda, na margem do Kuluene, como também em pequenos afluentes que correm entre este e e o Kulisehu, estão situados os Nahuquá, habitando uma série de localidades que têm nomes especiais (...) nove aldeias nahuquá."

As palavras de Von den Steinen permitem-nos visualizar a continuidade dos territórios indígenas na região dos formadores, a ausência de vazios, a existência de uma vasta malha geográfica e social interligando muitos povos. Von den Steinen também nos legou a primeira classificação linguística desses povos - classificação que permanece até hoje válida -, fornecendo também uma indicação do número de aldeias e uma estimativa populacional. Assim, era a seguinte a situação do Alto Xingu em 1887 (o número de aldeias aparece entre parênteses):

Caraibas:	Bakairi (8), Nahuquá (9)
Nu-Aruák:	Mehináku (3), **Waurá** (1), Kustenáu (1), Yaulapiti (2)
Tupi:	Kamayurá (4), Auetö (1)
isolados:	Trumai (2)

Teríamos, então, 31 aldeias e uma população estimada em torno de 2.600 a 3.000 pessoas.

É necessário, aqui, um breve parêntese para explicar a presença dos Bakairi no rio Batovi e suas relações com os **Waurá**. Citamos um dos poucos conhecedores da sociedade e da cultura bakairi, Fernando Altenfelder Silva (1993):

Acervo ISA

"Oriundos da área do Paranatinga e do Rio Novo, os bacairis compartilharam, até início deste século, do complexo cultural característico do Alto Xingu. Foi por volta de 1884-1887 que eles foram encontrados pela expedição de Karl von den Steinen. Como os demais índios xinguanos, os bacairis apresentavam então um ajustamento ecológico em uma área onde não havia penetrado ainda o machado de pedra ou as latas de querosene. Pertencendo ao grupo linguístico dos caribes, conviviam alí com grupos de várias outras tradições linguísticas, tais como tupis, aruaques e jês, e outros não ainda classificados, em um intenso intercâmbio nem sempre pacífico. A partir da primeira visita de von den Steinen, começam a surgir na região os objetos de metal. O próprio Karl von den Steinen já os encontra em sua segunda viagem pelo Brasil Central, comprovando o intenso intercâmbio tribal existente numa região que declarara, em sua primeira expedição, encontrar-se na idade da pedra. Os relatos de von den Steinen e de Max Schmidt testemunham a história da rápida transformação sofrida pelos xinguanos, dos quais, infelizmente, muitos grupos desapareceram sem deixar história...E os bacairis, agora ausentes do cenário do Alto Xingu, representaram, sem dúvida, um momento épico na vida daquela região (...).

Encontrados no Alto Xingu por von den Steinen, os bacairis apresentavam todos os traços (da cultura dos povos da bacia dos formadores). Pode-se, pois, como recurso metodológico, extrapolar para os bacairis elementos culturais encontrados nos demais grupos do Alto Xingu, pois o intercâmbio entre as tribos alí reunidas foi sempre bastante intenso (.).

Tendo se deslocado dos rios Paranatinga e Novo (que seriam seus territórios originais), em direção ao Batovi e ao Culiseu, os bacairis retomaram, em fins do século passado, o contato com o núcleo original. E, já no primeiro quartel deste século, haviam abandonado o Alto Xingu e retornado ao Paranatinga, já bem reduzidos em número. "

Altenfelder estabelece três momentos da história bakairi. No primeiro, os Bakairi se encontravam coesos na área dos rios Paranatinga e Novo. Pressionados pelas frentes de expansão da sociedade brasileira e por outros grupos como os Pareci e os Kayabi, por sua vez alcançados pelo contato, dois grupos abandonaram o território original e se deslocaram para o Batovi e para o Culiseu, territórios tradicionais arawák e carib respectivamente, na bacia dos formadores do Xingu. Inicia-se o segundo momento, aquele testemunhado por von den Steinen no final do século passado. Os Bakairi do Batovi e do Culiseu se integraram gradativamente na rede sócio-cultural do Alto Xingu, absorvendo os principais traços daquele sistema, diferenciando-se dos parentes do Paranatinga/Novo. Estes, no mesmo período, intensificavam sua relação com a sociedade nacional (Cuiabá), entrando num processo profundo de aculturação. No final dessa segunda fase, se reestabeleceu o contato entre os grupos do sul (Paranatinga/Novo) e do nordeste (Batovi/Culiseu). Von den Steinen encontrou os Bakairi exatamente nessa situação de retomada de contatos. O terceiro momento dessa história é marcado pelo abandono dramático do Batovi e do Culiseu e o retorno dos

Acervo ISA

sobreviventes das aldeias do nordeste ao Posto Simões Lopes no Paranatinga, já na segunda década deste século. Falamos em "sobreviventes". A virada do século significou para os povos indígenas localizados na época ao longo dos rios Batovi e Culiseu - **Waurá**, Bakairi e Nahukwá, em particular - uma violenta crise demográfica, ou seja terríveis epidemias se abateram sobre eles causando uma perda populacional sem precedentes. As aldeias da região ficaram arrasadas e seus habitantes, dizimados e enfraquecidos, tiveram que buscar refúgio junto a outros grupos ou se deslocaram para áreas mais protegidas. Foi aquela apenas a primeira crise documentada; não esqueçamos que os efeitos do contato - o contágio por doenças infecciosas - já tinham se manifestado em épocas anteriores, com outras crises demográficas (ou choques bacteriológicos), episódios gravados até hoje na memória dos índios e temas de vários relatos de sua história oral. Os rios Batovi e Culiseu se tornaram a partir do final do século passado as portas de entrada na região do Alto Xingu: entrada de viajantes, de novos objetos, de doenças (veja-se Franchetto, 1992, para uma apresentação detalhada da reconstrução da história alto-xinguana utilizando a história oral indígena).

*Quem ocupava o curso alto e médio do rio Batovi antes da chegada dos Bakairi dos rios Paranatinga e Novo, ou seja antes do século XIX? Quem o ocupou depois de sua retirada, ou seja depois dos anos vinte deste século? A resposta é clara e definitiva: povos arawák e os **Waurá**, estes descendentes diretos daqueles.*

Entremos em alguns detalhes necessários, com base em fontes documentais e depoimentos dos índios **Waurá** colhidos durante nossa viagem de perícia.

É impressionante o grau de estabilidade e permanência da sociedade alto-xinguana. Se analisarmos os relatos dos pesquisadores que sucederam Von den Steinen e a atual disposição das aldeias no interior do Parque, veremos com clareza como a localização de cada grupo permanece basicamente a mesma nestes cem anos que nos separam do cientista alemão.

Hermann Meyer partiu de Cuiabá em 1896 para descer os rios Jatobá e Ronuro até as cabeceiras do Xingu, voltando em seguida pelo Culuene e Culiseu (Meyer, 1897). Na viagem, visitou 11 aldeias, 6 delas não atingidas pela expedição de Von den Steinen. Retornou em março de 1899 ao Culuene e Culiseu. Reproduzimos no Mapa 5 em anexo a localização dos grupos xinguanos em 1890, que consta do livro de Monod-Becquelin (1975:25), elaborado a partir das informações de Meyer. Observe-se a localização das aldeias Bakairi, Kustenáu e **Waurá** no Batovi:

A partir de 1915, intensificou-se a exploração das cabeceiras do rio Xingu, inclusive com a participação de militares da Comissão Rondon, como já dissemos

Acervo ISA

anteriormente. Os visitantes do Alto não encontraram mais as aldeias bakairi do Batovi e do Culiseu, nem as dos Nahukwá do Culiseu. No Batovi, os sobreviventes Kustenáu tinham sido absorvidos pelos **Waurá.** Os outros grupos continuavam nas mesmas localidades registradas por Von den Steinen e Meyer Todos os relatos deram conta de um processo incrivelmente rápido de depopulação. O Prof. Pedro Agostinho (1972) nos fornece uma estimativa trágica do resultado desse choque bacteriológico e virótico. Entre o final do século XIX e até meados da década de 50, a população da região teria sido reduzida de 3.000 a 1.840 pessoas em 1926 e para pouco mais de 700 índios no final dos anos 40. Reproduzimos nas Figuras 5, 6 e 7 em anexo as tabelas que resumem os resultados do estudo do Prof. Agostinho. Observe-se, em particular, os dados relativos aos **Waurá**.

As Figuras 8 e 9 em anexo, retiradas do trabalho de Heckenberger (1995), ilustram em diagrama as mudanças demográficas sofridas pelos povos do Alto Xingu e ocorridas entre o final do século passado e os dias de hoje. Observe-se a curva abruptamente descendente que caracteriza o período 1890-1950/60. Foi nas décadas de 50 e 60 que a população alto-xinguana alcançou seu nível populacional mais baixo. Observe-se, também, a nítida recuperação demográfica a partir dos anos 70, anos da implementação de uma assistência médica mais eficaz e da efetivação da proteção aos territórios indígenas. O aumento populacional, iniciado nos anos 70, continua hoje com um incremento surprendente e cada vez mais intenso. A Figura 10 em anexo (Heckenberger, 1995a) mostra a diminuição do número de aldeias no Alto Xingu, outra consequência da perda demográfica, entre 1887 e 1950. Vê-se que houve neste período absorção de grupos locais por outros da mesma filiação linguística. Chamamos a atenção para o fato de que desde os anos 80 ocorre tendência oposta, ou seja divisão dos grupos locais e surgimento de novas aldeias, um processo de clara recuperação demográfica e de reconstituição da situação original tal como documentada para o final do século passado.

Se cada grupo se reduziu a uma única aldeia, finalmente a partir de meados da década de 60 começa a haver um gradativo crescimento populacional, chegando a ser, em algumas aldeias, de até 5% ao ano, graças a implementação de uma assistência de sáude eficaz e campanhas regulares de vacinação. A resistência imunológica dos índios foi aumentando. Estatísticas recentes confirmam essa tendência; poderíamos afirmar que hoje assistimos a um verdadeiro 'boom' populacional. Os **Waurá** passaram de 86 pessoas em 1963 para 146 pessoas em 1985, comparando os dados de Agostinho com os do censo realizado pela FUNAI em 1984/85 (em CEDI/MN - Terras Indígenas do Brasil, 1987:116). Hoje a aldeia waurá é uma das maiores do Alto Xingu e nós mesmas pudemos observar um incrível número de crianças de todas as faixas etárias.

Acervo ISA

Apesar da temporária retração vivida pelos **Waurá** nos momentos mais agudos das epidemias, esse grupo voltou a dominar o rio Batoví, logo após a saída dos Bakairí, ou seja desde o começo da década de vinte. Continuaram tendo, contudo, encontros não sempre pacíficos com os Suyá e os Ikpéng (conhecidos como Txikão), grupos de língua jê e karib respectivamente, que por vezes atacavam os índios do Batoví, os primeiros provenientes do alto curso do rio Xingu - logo abaixo da confluência dos formadores -, os segundos a partir de suas aldeias nos rios Ronuro e Jatobá. Ambos visavam sobretudo as mulheres waurá; ao conseguir raptá-las e uma vez absorvidas em suas aldeias através de casamento, adquiriam preciosas ceramistas. Os conflitos com os Suyá terminaram antes dos anos 30 deste século.

Os conflitos entre Bakairí e **Waurá,** aliados de um lado, e Ikpéng, do outro, são lembrados com muita vivacidade pelos **Waurá.** Os Ikpéng seriam originários do baixo Xingu (rio Iriri), os atuais Arara representam o grupo do qual os Ikpéng se separaram, provavelmente em meados do século XIX (Menget, 1977). A presença dos Ikpéng na porção ocidental da bacia dos formadores data do começo deste século. Eles teriam ai chegado provenientes da bacia dos rios Teles Pires/Juruena, a oeste do Xingu, empurrados pelas frentes de colonização. Atravessada a Serra Formosa, teriam entrado em contato com os Bakairí dos rios Paranatinga e Novo. Instalados no rio Ronuro, em torno da latitude 13° Sul, começaram as escaramuças com os grupos do Alto Xingu: **Waurá**, Bakairí, Nahukwá, Mehináku, Awetí e Trumái. Estamos, muito provavelmente, nos anos 30. Os **Waurá** reconhecem até hoje em vários pontos do Batoví os caminhos que ligavam este rio às aldeias Ikpéng e os locais marcados por lembranças claras de ataques e conflitos. O ano de 1960, todavia, significou uma inversão na relação de forças. Os **Waurá** e seus aliados contratacaram com armas de fogo e mataram 12 homens. Em poucos meses, um violento surto de gripe matou cerca da metade da população Ikpéng. Os Villas Boas encontraram-nos em 1964 debilitados e em via de extinção, defrontando-se, além do mais, com garimpeiros que penetravam em seu território. Foram levados para o Posto Leonardo, numa operação de 'salvamento'. A partir de então, os Ikpéng têm não apenas sobrevivido, mas reergueram-se demograficamente e culturalmente; tornaram-se amigos dos alto-xinguanos em geral, e dos **Wãurá** em particular, com os quais convivem até hoje e dos quais absorveram aspectos do modo de ser.

Em 1947, o antropólogo Pedro E. de Lima, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, realizou pesquisa entre os **Waurá**, notando a grande influência desse grupo na área dos formadores (denominada de "área do uluri" por Eduardo Galvão), principalmente pela sua cerâmica, elemento característico de sua cultura. Afirmava Lima (1950:3 e sgs):

Acervo ISA

"A aldeia **Waurá** é uma das mais segregadas da região; está no limite oeste da Área do Ulurí. Seu acesso é bastante difícil e sómente praticável no período do inverno.(...)

Para alcançar a aldeia, partimos do campo do Xingu e subimos o rio Batoví; com referência a essa viagem, transcrevo as anotações do diário:

'JANEIRO, 16 - Saímos do Jacaré, denominação dada pelos índios ao local do Acamapamento da Expedição, às 9 horas da manhã em um batelão impulsionado por um motor Arquimedes de 6HP. (...) Às 10.45 chegamos à confluência do Xingu. Tomamos o Batovi, que tem uma foz bem estreita, não medindo mais de 50 a 60 metros. É o rio menos pitoresco em que tenho viajado; sua sinuosidade é excessiva e irritante; suas margens baixas e alagadas, resultam em mata de pouca altura, embora densa e de coloração verde sujo. (...)

JANEIRO, 17 - Acordamos às 5,30 horas (...) e reiniciamos a viagem (...)

JANEIRO, 18 - Levantamos acampamento às 7,15 horas. Uma hora depois não era mais possível navegar a motor, pois embora houvesse água bastante, a passagem pelo buritizal era muito estreita e sinuosa. Continuamos a remo (...)

Navegamos todo esse tempo por um córrego de dois metros de largura (...). Somente às 14,15 chegamos ao porto dos **Waurá**. Descarregamos toda a bagagem, sob o lhar de uns 50 índios e caminhamos à Aldeia, que fica a uns 800 metros (..).

A Aldeia **Waurá** é pela primeira vez visitada por "caraíbas" (nome dado pelos índios ao homem branco). Fomos presenteados com beijus de milho e espigas assadas (...) Fomos, desta maneira, muito bem recebidos por êsses índios.

A Aldeia **Waurá** é composta de quatro casas desposta em círculos, como são todas as aldeias xinguanas (...) Segundo informações que obtivemos, há muitos anos que os **Waurá** moram no mesmo local onde estão, já tendo havido muitas aldeias (. .) Já construiram nada menos de 10 aldeias e sempre a 100 ou 200 metros de distância uma da outra (...) Algumas dessas aldeias tiveram muitas casas, o que nos faz crer que o número de habitantes tenha sido bem maior.

Estivemos nos locais das seguintes aldeias (...). São elas: Enutsapyhy - 9 casas; Wutapyhy - 12 casas; Kuatoana ? - Tauriapy - 12 casas; Ratipyhy - ?; Makwiriude - ?; Kamaiute - ?; Makauapy - 8 casas; Akahisakupyhy - ?; Piulaga - 5 casas , finalmente, Tsariapyhy que é o nome dado à atual.

A construção das diferentes aldeias e as informações que nos foram prestadas por um dos índios mais velhos do grupo, baseadas nas suas próprias recordações, e nas de outro índio, levam-nos a crer que, na ocasião em que Von den Steinen atravessou a região, já os **Waurá** habitavam aquele mesmo lugar. A localização desses índios é portanto, de há muito, a margem direita do Batoví. (...) A depopulação impressionante da região, notamos, infelizmente, entre os **Waurá**. As causas são sempre as mesmas, destacando-se entre os fatores que concorrem para o decréscimo da população, a gripe, em todas as suas formas e consequências desastrosas'."

Acervo ISA

Chamamos a atenção do leitor para as observações relativas ao grande número de aldeias que precederam aquela encontrada por Lima e aos efeitos demográficos das epidemias. Seus cálculos estimaram uma população de 95 **Waurá** em 1947. Lembramos que os sítios das aldeias não mais efetivamente habitadas constituem marcos do território indígena e são constantemente visitadas pelos índios - no caso, os **Waurá** -, já que neles se localizam matérias primas, árvores frutíferas, os sepulcros dos mortos. O autor nota a vigilância permanente dos **Waurá** diante dos sempre possíveis ataques dos Txikão. Lima procede em seu artigo à descrição física da população waurá, à apreciação do comportamento dos chefes, à descrição pormenorizada da cerâmica, o produto mais relevante da arte waurá.

Harald Schultz, outro etnólogo da escola alemã, visitou os **Waurá** nos meses de junho a outubro de 1964 (Schultz e Chiara, 1971). Observava o autor:

> "A aldeia **Waurá**, em 1964 e 1965, chamava-se de Piulága. estava localizada perto de um lago (uns 500 a 600 metros) à margem deireita do rio Batoví. No seio da mata de galeria que circunda o lago e se estende pelas margens do Batoví, abria-se uma imensa clareira, onde as casas se dispunham em um círculo de mais ou menos 400 metros de diametro (...) havia cinso casa de habitação, e uma sexta casa onde se reuniam os homens e onde erm guardadas as máscaras e instrumentos sagrados.
> (...)Os **Waurá** tinham mais uma aldeia, que no momento estava deserta. Quando o pequi amadurece, nos primeiros meses da estação chuvosa, os índios se mudam para aquela aldeia que fica a um dia rio acima. Em 1965, ao deixar a aldeia **Waurá** de canoa, descendo o Batoví, o chefe Malakuyawá nos acompanhou até a embocadura do lago no rio Batoví e ali nos mostrou uma outra aldeia, então desabitada, com grandes plantações, afirmando com gestos, que quando chovesse, mudar-se-iam para cá. Resta-nos crer, si bem que com reservas, que os **Waurá** dispõem de três lugares de morada, sendo uma no lago, para a época do verão quando colhem mandioca e fazem a farinha; outra rio acima, para lhes servir de pousada durante a coleta do pequi na savana e enfim uma terceira, na bocadura inferior do lago, para os meses de alto inverno."

Durante viagem subindo o rio Batoví guiado pelo **Waurá**, Schultz pôde observar os sinais - os últimos - da presença belicosa dos Ikpéng (Txikão). Armadilhas, restos acamapamentos e de comida, objetos estavam a um dia de viagem rio Batoví acima, ao longo de uma picada que continuava na savana e paralela ao rio. Outro 'porto dos Txikão' estava 6 quilómetros rio acima. O trabalho de Schultz também abordou descritivamente aspectos da cultura waurá e se deteve sobre o processo de fabricação da cerâmica. Ele calculou a população da aldeia em 1964: 80 pessoas. Entre as visitas de Lima e Schultz, uma violentíssima epidemia de sarampo dizimou praticamente metade da população alto-xinguana.

Acervo ISA

Os dados mais recentes sobre a situação dos **Waurá** nos são oferecidos pela antrópologa Emilienne Ireland, que esteve entre eles de 1981 a 1983. Citamos trecho de seu relatório (Ireland, 1984: 14-15):

> "Durante a geração passada, os **Waurá** mudaram a localização de suas aldeias numa distância considerável, primeiramente como resultado de repetidas epidemias e dos ataques dos Txikão. O lugar onde eles vivem agora fica razoavelmente longe de seu sítio tradicional, um local chamado de Tsariwapwihi e que se encontra a cerca de um dia de viagem de canoa da aldeia atual (subindo o rio Batovi).
>
> É costume dos **Waurá** deslocar sua aldeia a cada 5 ou 10 anos, em parte por crenças sobrenaturais. Normalmente eles a reconstroem dentro de uma milha de seu sítio anterior, como tem ocorrido nas duas mudanças mais recentes. O deslocamento de Tsariwapwihi para o sítio atual foi diferente desse padrão, todavia, no sentido de que foi uma realocação traumática, que fez com que eles abandonassem todas suas roças e, mais importante, uma vasta estensão de árvores de pequi, que tinha sido plantada com amor ao longo de gerações e que não pode ser reproduzida no novo sítio dentro do prazo de suas vidas.
>
> Quando os **Waurá** deixaram Tsariwapwihi, eles deixaram para trás não apenas comida em suas roças maduras e em seus pequizais, mas também algumas de suas práticas alimentares tradicionais. Os **Waurá** mais velhos podem listar facilmente dúzias de alimentos que eram consumidos em Tsariwapwihi e que não são mais consumidos na aldeia atual.
>
> (...) E ainda os velhos podem lembrar vários tipos de armadilhas usados na aldeia antiga para capturar pequenos animais; hoje, não há ninguém que tenha menos de trinta anos e que conheça ou tenha usado uma dessas armadilhas."

*A viagem de perícia por nós realizada permitiu avaliar com precisão e atualizar as informações acumuladas nos testemunhos escritos de etnólogos que visitaram sucessivamente os **Waurá**, desde Von den Steinen. Constatamos:*

*1. a definitiva recuperação demográfica do grupo: há mais de 400 pessoas hoje na aldeia Piulaya, nome do pequeno rio que alimenta a grande lagoa onde os **Waurá** se banham, encontram o peixe do dia a dia, pegam a água que levam para as casas;*

2. o grande número de aldeias antigas, cujos sítios circundam a atual e se estendem Batovi acima, sítios continuamente frequentados pelos índios;

*3. que a atual localização dos **Waurá** corresponde à tradicional, registrada em fontes escrita desde o fim do século XIX;*

*4. que o território **Waurá** - reconhecido, ocupado e utilizado - se estende num raio de, no mínimo, 10 quilômetros em volta da atual aldeia e ao longo do rio Batovi até a localidade chamada de Kamukwaká, cujo valor histórico e religioso é sempre*

Acervo ISA

enfatizado pelos índios. Roças e plantações se localizam nesse grande círculo; pescaria, caça, coleta de pequi e frutas, procura de mel e matérias primas, bem como as viagens para visitar sítios antigos e sagrados são todas realizadas subindo o rio Batovi até o local chamado de Kamukwaká, situado além da fronteira do Parque, ainda mais rio acima (umas duas horas de barco a motor partindo do ponto em que o limite do Parque atravessa o Batovi). Quando afirmamos que o curso do Batovi, até a localidade mencionada, é território ***Waurá****, entendemos que as suas duas margens são amplamente conhecidas e exploradas pelos índios, incluindo a "Terra do Batovi", área objeto da presente Ação.*

QUESITO 4: DELIMITE O TERRITÓRIO TRADICIONAL WAURÁ, SE POSSÍVEL, LOCALIZANDO-O EM UM MAPA.

Visualizamos no Mapa 6 em anexo o território tradicional **Waurá** e indicamos a seguir sua extensão e seus limites atuais. Consideramos que a definição desses limites se dá: (a) pelos padrões de ocupação, que incluem aldeias e as áreas efetivamente exploradas econômicamente; (b) pelo reconhecimento dos próprios **Waurá** das 'fronteiras' que hoje os separam de outros povos alto-xinguanos, 'fronteiras' evidentemente transponíveis e transpostas pelos frequentes contatos intertribais que constituem a rede de relações sociais e econômicas que liga todos os grupos dessa região; (c) pelo reconhecimento de um núcleo **Waurá**/Arawák que restou da bem mais ampla ocupação arawák da região dos formadores ocidentais do rio Xingu.

Indicamos a seguir a extensão e os limites atuais do território tradicional **Waurá**:

— ao norte, a boca do rio Batovi no rio Ronuro, que deságua logo na majestuosa confluência do Morená, início do rio Xingu;

— a oeste o vale do rio Ronuro;

— ao sul, o local de Kamukwaká no alto curso do rio Batovi;

— ao leste, os vales dos rios Culiseu e Culuene.

Hoje em dia, o território **Waurá** se encontra com os territórios Kamayurá e Trumái ao norte; Kamayurá, Yawalapíti, Aweti e Mehináku ao leste. Ele é atravessado pelas fronteiras do Parque ao sul.

Observe-se que a área objeto desta Ação está plenamente incluída no território tradicional **Waurá**.

Acervo ISA

QUESITO 5: O TERRITÓRIO TRADICIONAL WAURÁ FOI RECONHECIDO POR ATO GOVERNAMENTAL? EM QUE CIRCUMSTÂNCIA?

O território tradicional **Waurá** foi parcialmente reconhecido por ato governamental quando foi homologada a área do Parque Indígena do Xingu pelo Decreto Presidencial de 25/01/1991 (D.O.U. de 28/01/91), constando em memorial descritivo e planta cartográfica do Ministério do Interior, FUNAI-DPI, escala 1:500.000. Veja-se o Mapa 6 em anexo. Chamo a atenção para o fato de que foi somente neste último ato oficial que o território **Waurá** se viu incluído, mesmo se não em sua integridade, no interior do perimetro do Parque. Os decretos de 1961, 1968 e 1971, ao contrário, tinham claramente excluído tal território, notadamente o médio e alto cursos do rio Batoví e seus afluentes. Afirmo que o ato governamental de 1991 reconheceu parcialmente o território waurá, considerando que naquela ocasião não se incluiu o local sagrado de Kamukwaká e que, misteriosamente, também não se incluiu a área conhecida como "Terra do Batoví", entre o rio Batoví e o ribeirão Antonio Bacaeris.

QUESITO 6: O RECONHECIMENTO GOVERNAMENTAL EXCLUIU ALGUMA PORÇÃO DA ÁREA DE OCUPAÇÃO TRADICIONAL WAURÁ? SE POSITIVO, INDIQUE-A E EXPLIQUE OS MOTIVOS DE SUA EXCLUSÃO.

O reconhecimento governamental consagrado pelo decreto de homologação do PIX de 1991 excluiu porções do território de ocupação tradicional **Waurá**: o local sagrado de Kamukwaká, a montante do rio Batoví, atravessada a fronteira meridional do PIX, e a área conhecida como "Terra do Batoví", um triângulo entre o rio Batoví e seu afluente, o ribeirão Antonio Bacaeris. Os motivos dessa exclusão são, para mim, inexplicáveis, mais ainda se considerarmos a exclusão da "Terra do Batoví", um triângulo que se insinua no interior do Parque, rompendo a lógica de toda a demarcação do limite meridional do mesmo, uma linha seca, que, surprendentemente se interrompe entre os marcos 57 e 59.

Acervo ISA

QUESITO 7: A "TERRA DO BATOVÍ", ÁREA OBJETO DESTA AÇÃO DECLARATÓRIA, É PARTE DO TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE OCUPADO PELOS ÍNDIOS WAURÁ? QUAIS OS ELEMENTOS QUE EMBASAM ESSA AFIRMAÇÃO?

Sim, a "Terra do Batovi", área objeto desta Ação Declaratória, é parte do território tradicionalmente ocupado pelos indios **Waurá**. Os elementos que embasam esta afirmação foram apresentados nas respostas aos outros quesitos submetidos ao Perito Antropólogo e são sintetizados a seguir:

(a) a "Terra do Batovi" está incluída no território de ocupação histórica dos grupos arawák do Alto Xingu em geral e dos **Waurá**, em particular, desde, pelo menos, um milénio (quesitos 3 e 4);

(b) a "Terra do Batovi" é regularmente ocupada e explorada economicamente pelos índios **Waurá** (quesitos 2 e 9);

(c) a "Terra do Batovi" é reconhecida unanimemente pelos **Waurá** e pelos outros grupos alto-xinguanos como sendo território **Waurá**; os Ikpéng (Txikão), que ocupam hoje um lugar periférico no sistema intertribal alto-xinguano, reconheceram, em depoimentos colhidos por nós no Posto Indígena Pavurú e na aldeia Ikpéng por ocasião da realização da Pericia de Campo, que a área em questão é território tradicional dos índios **Waurá**.

(d) por último, é um elemento adicional o sentimento de surpresa e costernação que os **Waurá** manifestaram quando decobriram que a "Terra do Batovi" tinha sido excluída do perímetro do Parque ao examinar os mapas fornecidos pela FUNAI.

QUESITO 8: A "TERRA DO BATOVÍ" FOI ABRANGIDA PELO ATO GOVERNAMENTAL QUE RECONHECEU AS TERRAS TRADICIONAIS DOS WAURÁ? EXPLIQUE.

Não, a "Terra do Bãtovi" não foi abrangida pelo ato governamental que reconheceu as terras tradicionais dos **Waurá**.

Repito que este não-reconhecimento, que aparece nos mapas oficiais atuais, é na minha opinião no mínimo inexplicável. Chamo a atenção para o fato de que existe uma picada reta, que os **Waurá** mantêm visível e que conecta os marcos 57 e 59. Esta picada foi aberta na época da demarcação oficial, em 1978, e realizada pela Empresa Plantel, contratada pela União como firma executora. A Empresa Plantel abriu uma picada seca entre a margem esquerda do rio Batovi e a margem direita do ribeirão

Acervo ISA

Antonio Bacaeris, marcada a cada quilómetro por árvores cortadas, facilmente identificadas pelos índios. Dos trabalhos de demarcação participaram índios **Waurá** e de outras aldeias alto-xinguanas.

As fotos em anexo 17, 18 e 19, tiradas por ocasião da viagem de Pericia de Campo, mostram a placa da FUNAI e o início da picada na margem esquerda do rio Batovi, picada que prossegue em linha reta até o marco 59 na margem direita do ribeirão Antonio Bacaeris, e o chefe do PIV, Kanaiú, indicando exatamente a direção dela rumo ao leste.

Não há explicações lógicas para o posterior abandono deste limite.

QUESITO 9: QUAL A IMPORTÂNCIA DA "TERRA DO BATOVÍ" PARA A COMUNIDADE WAURÁ?

A "Terra do Batovi" é extremamente importante para a Comunidade **Waurá** pelos motivos seguintes:

1. Econômico/Cultural. Na "Terra do Batovi" se encontram várias e importantes matérias primas, necessárias para a reprodução fisica e cultural do grupo. No rio Antonio Bacaeris, além dos locais de pescaria disseminados ao longo de seu percurso, os **Waurá** caçam rei-congo, pássaro cuja penas pretas e amarelas são usadas para confecção de grande parte dos adornos plumários fundamentais para a celebração das cerimônias coletivas, inclusive as que congregam os povos alto-xinguanos em festas pan-tribais, como o Kwarup, o Yamurikumálu, o Jawari. Na "Terra do Batovi" se encontram ainda a matéria prima para a fabricação do sal nativo (aguapé), o barro vermelho *tipépe*, as pedras *tipaati* e as conchas de caramujo terrestre *ulutain*, materiais usados para a fabricação das panelas de cerâmica. Aí, também, os **Waurá** recolhem as pedras *mesheshuka*, que servem como amoladoras e furadeiras; o remédio *kapuluaki* para a assepsia de feridas, usado após as escarificações rituais; a resina *mihi jawaki*, para a confecção de arcos e flechas.

2. Sobrevivência fisica. Uma das conclusões a que chegamos ao finalizar os trabalhos de pericia antropológica é de que o controle, vigilância e fiscalização do curso do rio Batovi, com a integridade de suas duas margens até o limite sul do Parque, a 13°S, é fundamental para a integridade fisica do povo **Waurá**. A ocupação tradicional da "Terra do Batovi" tem permitido defender o território waurá da intrusão de não-índios, até o momento caçadores e pescadores, bem como indivíduos identificados como "pistoleiros" como os que destruiram a aldeia do PIV em 1990 (ver quesito 12). Os

Acervo ISA

próprios **Waurá** têm plena consciência do valor, agora estratégico, da "Terra do Batoví"; é uma consciência histórica, já que, lembramos, foi pelo rio Batoví que se deram as primeiras e fatais incursões de não-índios na região do Alto Xingu a partir do século passado, como mencionamos em vários pontos da resposta ao Quesito 3. O controle que é possível exercer estando a 'Terra do Batoví" ocupada pelos **Waurá** não apenas possibilita a vigilância efetiva da entrada de intrusos pelo rio Batoví, como, também, garante o usufruto tranquilo dos recursos essenciais à reprodução do povo waurá. Além disso, mencionamos, na resposta ao quesito 3, todos os sinais evidentes da recuperação demográfica dos povos do Alto Xingu e dos **Waurá** em particular; a aldeia waurá atual já está no limite máximo de sua população e, em breve, novas aldeias serão erguidas ao longo do Batoví. Queremos negar a possibilidade de crescimento e fortalecimento para um grupo humano que já esteve à beira da extinção por causa das doenças e perseguições dos brancos? Os **Waurá** querem crescer e viver em paz no que resta de seu território tradicional. Trata-se de um povo e não de um proprietário particular.

3. Proteção de valores culturais e históricos. Acreditamos não seja necessário repetir aqui o que expomos em detalhes nas respostas aos quesitos anteriores, ou seja o fato de que a "Terra do Batoví" está inserida plenamente no território de ocupação histórica reconhecido pelos índios e por mim na qualidade de Perito Antropólogo. Toda a área atravessada pelo rio Batoví é território tradicional **Waurá** e nesta área incluimos a "Terra do Batoví" e o rio Antonio Bacaeris, em suma a área situada a oeste dos formadores orientais do rio Xingu (Culiseu e Culuene).

QUESITO 10: EXISTEM EDIFICAÇÕES NA ÁREA CONHECIDA COMO "TERRA DO BATOVÍ"? QUEM AS CONSTRUIU E COM QUE FINALIDADE?

Existem, sim, edificações na área conhecida como "Terra do Batoví", construídas pelos índios **Waurá**. Encontramos cabanas (malocas) e roças pouco acima da confluência dos rios Batoví e Antonio Bacaeris e as edificações e roças do atual Posto de Vigilância a poucos metros do limite do parque. O PIV Batoví é composto por quatro casas, possui rádio e um barco com motor de 25 HP e uma população de cerca de quarenta pessoas, metade das quais são crianças. Do Posto é possível chegar de barco e depois por uma pequena estrada, percorrível em bicicleta ou carro, a uma pequena vila e a partir desta à cidade de Paranatinga.

Acervo ISA

QUESITO 11: EXISTEM INDÍCIOS DE OCUPAÇÃO PERMANENTE OU DE PRESENÇA ATUAL DE NÃO-ÍNDIOS DENTRO DA "TERRA DO BATOVÍ"?

Com base no testemunho direto da presente Perita Antropóloga, por ocasião da viagem de pericia de campo, e com base nos depoimentos indígenas recolhidos na mesma oportunidade, afirmo que não foi constatado nenhum indicio de ocupação permanente ou de presença atual de não-índios dentro da "Terra do Batovi". Não observamos nenhum sinal da existência de trabalhadores, plantações, pastos, rebanhos, instalações como cercas e currais. Foram constatados, sim, indícios de ocupação de indios, como já mencionados neste Laudo, ilustrados por fotografias e localizados em mapa (anexo): malocas e construções, caminhos e roças. Fora estes indicios de ocupação indígena, a "Terra do Batovi" permanece em estado selvagem

QUESITO 12: ESCLAREÇA O SR. PERITO SE A ÁREA OBJETO DESTA AÇÃO TEM SIDO PALCO DE ALGUM TIPO DE CONFLITO. DE QUE NATUREZA E POR QUE MOTIVOS?

Sim, a área objeto desta Ação tem sido palco de conflitos, nenhum dos quais teve, felizmente, consequências graves em termos de vidas humanas, mas que são, na nossa opinião, significativos do delinear-se de uma situação e de uma área de atrito. Os fatos aqui relatados foram estabelecidos a partir dos depoimentos de várias testemunhas, sobretudo do chefe Atamãi, seu filho Kanaiú, atual chefe do PIV Batovi, Pirakumã, chefe do Posto Leonardo, e Aritana, chefe Yawalapiti.

Em 1988 os **Waurá** subiram o rio Batovi até o limite sul do Parque, para averiguar o que tinham descoberto nos mapas distribuidos pela FUNAI (quesitos 6 e 8): misteriosamente, a "Terra do Batovi" - um triângulo, ou "mordida", como os indios dizem - delimitada pelo rio Batovi e o ribeirão Antonio Bacaeris, aparecia excluida do perimetro sul do Parque. Descobriram sinais incontrovertidos de invasão ao longo do Batovi: barcos subindo o rio, vários acampamentos de pescadores nas margens. Isso não era novidade, já que não era a primeira vez que se tinha noticia da entrada de pescadores e caçadores não-índios. Os **Waurá** relataram a situação de intrusão ao Diretor do PIX, Megaron.

Na ocasião de outra viagem, em 1989, liderada pelo chefe Atamai, passada a confluência do Batovi com o Bacaeris, encontraram quatro barcos de pescadores. Os

Acervo ISA

índios pararam os barcos e houve uma tentativa de diálogo: os **Waurá** afirmavam que os pescadores estavam em território indígena, estes declaravam de ignorar o fato. Os índios ameaçaram "prender" os barcos, de maneira a ter uma prova da intrusão a ser apresentada ao Diretor do PIX e às autoridades competentes (FUNAI). De repente, alguém atirou com arma de fogo de um dos barcos "para assustar" e o clima ficou mais tenso. Os índios pediram aos pescadores que abandonassem os barcos, dizendo que só queriam "conversar e os barcos". Outro tiro foi dado de outro barco; estava escurecendo. Os **Waurá** resolveram deixar que os pescadores se retirassem, o que aconteceu. Depois desse acidente, nenhum invasor se atreveu a ultrapassar a fronteira no Batoví. Atamãi decidiu viajar para Brasília a fim de obter explicações sobre as razões da existência da "mordida" ou seja da exclusão da "Terra do Batovi" do PIX e do território **Waurá** tal como reconhecido pelos não-índios.

Outros acidentes aconteceram em 1990 e em 1991. Em 1989 os **Waurá** resolveram criar um ponto de apoio permanente para os trabalhos de reavivação da picada de demarcação que, em linha seca, une os marcos 59 e 57. Abriram uma pequena pista de pouso, adquiriram um rádio, surgiu o Posto de Vigilância Batovi para onde se mudaram algumas famílias da aldeia Piulaya. Estabelecida a aldeia do PIV na confluência dos rios Batoví e Antonio Bacaeris, dentro da área "Terra do Batovi", e reavivada a picada, acharam que o problema da "Terra do Batoví" tinha sido resolvido. No final de 1990, algumas embarcações dos índios Ikpéng subiram o Batoví; a viagem tinha como objetivo fazer com que os mais velhos mostrassem aos mais jovens os antigos sítios de seu povo. Naquela ocasião, os Ikpéng encontraram pescadores não-índios, os assustaram e durante alguns meses novamente não se viu nenhum branco no Batoví. Ainda no primeiro semestre de 1990, os **Waurá** receberam com surpresa uma mensagem da FUNAI dando conta de que a "Terra do Batoví" estava sendo reclamada por uma empresa. A partir daí, segundo relatos dos próprios índios, pistoleiros passaram a visitar os ocupantes do PIV com alguma frequência. Logo depois, os **Waurá** do PIV se deslocaram para Piuláya a fim de participar das "festas" coletivas de seu povo, um dos ciclos rituais da estação. Ao voltar, encontraram suas casas queimadas e completamente destruídas.

A reação dos **Waurá** foi de costernação, mas, ao mesmo tempo, de firmeza. A partir dos conflitos descritos, os **Waurá** decidiram estabelecer um outro posto visando a defesa efetiva da "Terra do Batovi", o que resultou na instalação de um novo PIV. Apesar da falta de apoio externo, se mobilizaram, intensificaram a produção e a venda de artesanato para arcar com as despesas da construção do novo PIV, agora mais ao sul, na margem direita do Batoví nas proximidades da picada do limite do Parque, dentro da "Terra do Batoví". Em 20 de janeiro de 1994, o novo PIV foi finalmente inaugurado.

Acervo ISA

Os índios, pelos levantamentos que pude realizar junto à FUNAI, procuraram o órgão indigenista, já no ano de 1990, para solicitar a abertura do procedimento administrativo de demarcação da "Terra do Batovi". Acontece que, naquele momento, a FUNAI alegou que só poderia identificar essa terra após a revogação do Decreto n. 94.945/87. Essa revogação acabou por ocorrer, mas efetivamente nenhuma providência foi adotada. Essa informação consta do Documento 1 em anexo, referente a um despacho do então Superintendente de Assuntos Fundiários da FUNAI acerca do relatório do Administrator do Parque do Xingu, Megaron Txukarramãe, versando sobre os conflitos na área do Batovi (Documento 1 em anexo). Desse relatório consta também a informação de que, na área reivindicada pelos índios, não existe nenhum outro tipo de ocupação, fato este verificado e confirmado por mim, quando da realização dos trabalhos de campo para conclusão desta Perícia.

Acervo ISA

BIBLIOGRAFIA CITADA

Altenfelder, Fernando S., "O mundo mágico dos Bacairis". In: Vera P. Coelho (org.), *Karl Von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*, EDUSP, São Paulo, pp. 347-374, 1993.

Becquelin, Pierre, "Archaeology of the Upper Xingu, Mato Grosso". 77th Annual Meeting of the American Anthropological Association, Los Angeles, 1978 (inédito).

Becquelin, Pierre, "Arqueologia xinguana". In V. P. Coelho (org), *Karl Von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. EDUSP, São Paulo, pp. 223-232, 1993.

Carneiro, Robert, *Subsistence and social structure: an ecological study of the Kuikuru Indians*. PhD Diss., University of Michigan, 1957.

Coelho, Vera P., "Alguns aspectos da cerâmica dos **Waurá**". In: *Contribuições à Antropologia em homenagem ao Professor Egon Shaden*. Coleção Museu Paulista, Ensaios, vol. 4, 1981.

Coelho, Vera P.(org.), *Karl Von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*. EDUSP, São Paulo, 1993.

Cunha, Manuela C. (org.), *Os direitos do indio*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

Dole, Gertrud, "A preliminar consideration of prehistory of the Upper Xingu basin" *Revista do Museu Paulista*, 13: 399-423, 1961-62.

Dole, Gertrud, "Homogeneidade e diversidade no Alto Xingu vistas a partir dos Cuicuros" in V.P.Coelho (org.), op.cit., pp. 375-403, 1993.

Derbyshire, Desmond C., "Comparative survey of morphology and syntax in brazilian arawakan" in D.C.Derbyshire & G.K.Pullum (eds), *Handbook of Amazonian Languages* (vol. 1), Mouton de Gruyter, New York, pp. 469-566, 1986.

Fausto, Carlos, "A ocupação indigena na região dos formadores e alto curso do rio Xingu" (Laudo Antropológico), 1990 (inédito).

Acervo ISA

Franchetto, Bruna, "O que é "terra indígena"? Uma decisão do Supremo Tribunal Federal" in S.C. dos Santos (org.), *Sociedades indígenas e o direito*, pp.99-119, Editora da UFSC/CNPq, Florianópolis, 1985.

Franchetto, Bruna, "A ocupação indígena da região dos formadores e do alto curso do rio Xingu" (Laudo Antropológico), 1987 (inédito)

Franchetto, Bruna, "O aparecimento dos caraiba; para uma história kuikuro e do Alto Xingu" in M. C. da Cunha (org.), *História dos índios no Brasil*, pp.339-356, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Franchetto, Bruna, "A celebração da história nos discursos cerimoniais kuikúro" in E.V. de Castro e M.C. da Cunha (orgs.), *Amazônia. Etnologia e História Indígena*, pp.95-116, São Paulo, NHII-USP/FAPESP, 1993

Galvão, Eduardo, "O uso do propulsor entre as tribos do do Alto Xingu" *Revista do Museu Paulista*, IV: 353-368, XVI, 1950.

Galvão, Eduardo, "Cultura e sistema de parentesco das tribos do Alto Xingu". *Boletim do Museu Nacional*, 14, Nova Série, Antropologia, Rio de Janeiro, 1953

Gregor, Thomas Mehinaku. *The drama of daily life in a brazilian indian village*. The University of Chicago Press, Chicago, 1977

Kaufman, Terence "Language history in South America: what we know and how to know more" in D.L. Payne (ed.) *Amazonian Linguistics. Studies in Lowland South American Languages*, pp.13-74, University of Texas Press, Austin, 1990.

Kneip, Lina M. "Relatório sobre as "Valetas"do Parque Nacional do Xingu", Estado de Mato Grosso. Rio de Janeiro, UFRJ-Museu Nacional, 1969.

Heckenberger, Michael *War and peace in the Shadow of Empire: Sociopolitical change in the Upper Xingu of Southeastern Amazonia, A.D. 1250 - 2000*. PhD Thesis, University of Pittsburgh, 1995.

Ireland, Emilienne M., "The current situation of the **Waurá** indians of the Xingu National Park". Relatório de Pesquisa para a FUNAI, 1984 (inédito).

Lima, Pedro E. de, "Os indios **Waurá** - Observações gerais: a cerâmica" *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 9, Nova Série, Antropologia, 1950a.

Acervo ISA

Lima, Pedro E. de, "Grupos sanguineos dos indios do Xingu". *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, Antropologia, 11, 1950b.

Matteson, E., "Proto Arawakan" in E. Matteson et alii (eds.) *Comparative studies in Amerindian Languages*, The Hague: Mouton, 1972.

Meyer, Hermann, "Bericht über seiner zweite Xingu-Expedition" in *Verhandlungen der Gesellshaft für Erskunde*, Band XXVII, Berlin, 1900.

Meyer, Hermann, "Die Kunst der Xingú-Indianer" in *Internationaler Amerikanisten-Kongress*, Stuttgart, 1904.

Mendes, Gilmar F., *O domínio da União sobre as terras indígenas: o Parque Nacional do Xingu*, Ministério Público Federal, Brasília, 1988

Menezes, Maria Lúcia P., *Parque Indígena do Xingu: a construção de um território estatal*. Diss. de Mestrado, Instituto de Geociências, Programa de Pós Graduação em Geografia, UFRJ, 1990.

Menget, Patrick, *Au nom des autres. Classification des relations sociales chez les Txikão du Haut Xingu (Brésil)*. Thèse de 3ème Cycle. Université de Paris-Nanterre, 1977.

Monod, Aurore B., *La pratique linguistique des indiens Trumai (Haut Xingu, Mato Grosso, Brésil)*. SELAF, Paris, 1975.

Noronha, Ramiro, *Exploração e levantamento do rio Culuene*. CNPI, Depto de Imprensa Nacional, 1952.

Oliveira Filho, João P., "Terras indígenas: uma avaliação preliminar de seu reconhecimento oficial e de outras destinações sobrepostas", in *Terras Indígenas no Brasil*, CEDI/Museu Nacional, 1987.

Petrullo, Vincent M., "Primitive people of Mato Grosso, Brazil" in *The Museum Journal*, vol. XXIII, number 2, University Museum, Philadelphia, 1932.

Ribeiro, Berta, "Os padrões ornamentais do trançado e a arte decorativa dos índios do Alto Xingu". In: Vera P. Coelho (org.), *Karl Von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*, EDUSP, São Paulo, pp.563-590, 1993.

Richards, Joan, "A tentative analysis of **Waurá** clause types", 1969 (inédito).

Acervo ISA

Richards, Joan, "Word order, emphasis, and anaphoric reference in **Waurá** simple transitive clauses", 1972 (inédito).

Richards, Joan, "Dificuldades na análise da possessão nominal na língua **Waurá**", *Série Linguística* 1: 11-29, 1973.

Richards, Joan, "**Waurá** verb structure", 1976, (inédito)

Richards, Joan, "Orações em **Waurá**", Série Linguistica 7: 141-184, 1977.

Richards, Joan, "Participant identification in discourse", *Notes on Linguistics* 10:31-40, 1979.

Santos, Silvio C. dos (org.), *Sociedades Indígenas e o Direito: uma questão de direitos humanos.* Editora da UFSC/CNPq, Florianópolis, 1985.

Schmidt, Max, *Estudos de etnologia brasileira.* Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1942.

Schultz, Harald, "1965/66: Lendas dos índios waurá", *Revista do Museu Paulista*, N.S., vol. XVII, São Paulo, 1966.

Schultz, Harald e V. Chiara, "Informações etnográficas dos índios waurá" In *38th International Congress of Americanists*, Stuttgart, vol. 3, pp.285-308, 1971.

Sick, Helmut, "Sobre a extração de sal de cinzas vegetais pelos índios do Brasil Central". *Revista do Museu Paulista*, vol. III, São Paulo, 1949.

Sick, Helmut, "Índios do Brasil Central". In *Die Umschau*, Vol. 55:561-564, Frankfurt-Main, 1955.

Silva, P. Agostinho da, "Information concerning the territorial and demographic situation in the Alto Xingu" in W.Postal (ed.), *The Situation of the Indian in South America,* World Council Churches, Genebra, 1972.

Silva, P. Agostinho da, "Testemunhos da ocupação pré-xinguana na bacia dos formadores do Xingu". In: Vera P. Coelho (org.), *Karl Von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*, EDUSP, São Paulo, pp. 233-288, 1993.

Acervo ISA

Simões, Mário, "Considerações preliminares sobre a arqueologia do Alto Xingu, Mato Grosso". In *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados Preliminares do Primeiro Ano 1965-66*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, vol. 6, pp.129-144, 1967.

Steinen, Karl Von den, *Durch Zentral-Brasilien*. Ed. F.A. Brockaus, Leipzig, 1886. (Trad. port. de C.B. Cannabrava, *O Brasil Central. Expedição em 1884 para a exploração do rio Xingu*, Companhia Editora Nacional, 1942).

Steinen, Karl Von den, *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*. Leipzig, 1894. (Trad. port. de E. Shaden, *Entre os aborígenes do Brasil Central*. Separata do Arquivo, n. XXXIV a LVIII. Depto de Cultura, São Paulo, 1940).

Thieme, Inge, "Karl Von den Steinen: vida e obra". In: Vera P. Coelho (org.), *Karl Von den Steinen: um século de antropologia no Xingu*, EDUSP, São Paulo, pp. 35-108, 1993.

Vasconcelos, Vicente, *Expedição ao rio Ronuro*. CNPI, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1945.

Villas Boas, Claudio & Orlando, *Xingu: os índios e seus mitos*. Zahar, Rio de Janeiro, 1972.

Voegelin, C.F. & F.M. Voegelin, *Classification and index of the world's languages*, Elsevier, New York, 1977.

Wise, Mary Ruth, "Valence-changing affixes in Maipuran Arawakan languages. In D.L. Payne (ed.), *Amazonian Linguistics*, pp. 89-116, University of Texas Press, Austin, 1990.

Acervo ISA

APÊNDICE

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DOS AUTOS DA AÇÃO DE OPOSIÇÃO Nº 95.9554-8, MOVIDA POR BATOVÍ AGROPECUÁRIA S/A CONTRA A COMUNIDADE INDÍGENA "WAURÁ", UNIÃO FEDERAL E FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI.

Tomo a liberdade de tecer alguns comentários em apêndice sobre a Ação de Oposição em questão, cujos autos foram-me encaminhados pelo Meretíssimo Sr. Juiz Federal. Considero meu dever apresentar aqui tais comentários, mesmo se em apêndice ao Laudo de Perícia Antropológica, já que este se encontrava concluído quando recebi a documentação relativa ao posicionamento do suposto proprietário da área sub júdice, a "Terra do Batovi". Outra razão por deixar estas minhas considerações em apêndice se deve ao fato de que as informações que constam dos autos da Ação de Oposição não apresentam nenhum dado que infirme ou contradiga as minhas conclusões como Perito Antropólogo. Não pretendo, outrossim, discutir os aspectos estritamente jurídicos, de competência não de um antropólogo mas, sim, de magistrados e advogados.

Os comentários que tenho a fazer e que ofereço à apreciação do Meretíssimo Sr. Juiz Federal são os seguintes:

(a) o suposto título de propriedade dataria de 1956 e incidiria sobre terras devolutas em Mato Grosso. Remeto à leitura da Parte I deste Laudo, onde se faz um histórico da fraudolenta política de colonização em Mato Grosso que levou ao loteamento das áreas indígenas que seriam reconhecidas por atos governamentais e incluídas no perímetro do Parque Nacional do Xingu, sucessivamente Parque Indígena do Xingu. Tal política de colonização e loteamento dos territórios indígenas se deu exatamente nos anos 50, quando já estava sendo discutido o projeto de criação do Parque, lançado oficialmente em 1952 e amplamente divulgado, inclusive pela imprensa nacional.

(b) É de se estranhar a afirmação, que consta da fls. 08, de que as terras da Fazenda "Batovi" são "terras altamente produtivas", incluindo nelas a "Terra do Batovi" A minha pergunta é: porque em quarenta anos não se procedeu à exploração econômica

Acervo ISA

dessas terras? A "Terra do Batoví", como eu mesma pude averiguar, continua virgem e, sim, ocupada e explorada pelos **Waurá**, nos moldes de sua cultura.

(c) São ainda mais curiosas as afirmações que constam da fls. 11: "...em tais terras, de sua exclusiva propriedade e domínio, a "opoente" desenvolve projetos sob o âmbito de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia"; e da fls. 12: "A Fazenda "Batoví", como se disse, é altamente produtiva onde a "opoente" explora sem quaisquer interesses econômicos várias espécies de cultura para a própria sobrevivência de seus funcionários nela instalados". Como é possível que projetos com incentivos da SUDAM em terras altamente produtivas não tenham interesses econômicos e sirvam apenas para a sobrevivência de funcionários?

(d) A "opoente" fala em esbulho, invasão, turbação, questionameto de sua posse por parte da Comunidade Indígena **Waurá**. Afirmo que nunca esteve e não está nas intenções dos **Waurá** qualquer iniciativa de "invasão" de posse alheia. Os **Waurá** habitam, ocupam e exploram a "Terra do Batoví" como sempre o fizeram, como sendo ela parte natural do que lhe resta de seu território tradicional. Como, então, explicar a convicção oposta que têm os **Waurá**, a de que são suas terras que estão sendo invadidas e objeto de questionamento?

Acervo ISA

ANEXOS

Acervo ISA

FOTOS

Foto 1. Julho de 1995: subindo o rio Batovi

Foto 2. Aldeia **Waurá**, julho de 1995: mulher ceramista exibe grande panela circular

Foto 3. Aldeia **Waurá**, julho de 1995: menina mostra o barro vermelho, matéria prima da cerâmica e encontrada no Alto Batovi e na "Terra do Batovi"

Fotos 4 e 5. Aldeia Piulàɣa/**Waurá** em julho de 1995

Foto 6. Rio Batovi, julho de 1995: vista do campo onde se localiza o sítio da aldeia Watsiedu

Fotos 7, 8 e 9. Julho de 1995: pescadores waurá no alto Batovi

Foto 10. rio Batovi, julho de 1995: sitio waurá de Tsekuru

Fotos 11 e 12. "Terra do Batovi": roças e casas no local do PIV construido em 1989, confluência Batovi/Antonio Bacaeris (julho 1995)

Fotos 13, 14, 15, 16. "Terra do Batovi": o PIV atual (julho 1995)

Foto 17. Placa da FUNAI situada no início da picada em linha reta entre os marcos 57 e 59, realizada pela Plantel em 1978 (julho de 1995)

Foto 18. Indício do traçado da picada de 1978 que parte da beira esquerda do rio Batovi e, em linha seca, alcança a margem direita do ribeirão Antonio Bacaeris (julho de 1995)

Foto 19. Kanaiú, chefe do PIV Batovi, mostra o rumo da picada de 1978 (julho de 1995)

Acervo ISA

FIGURAS

Figura 1. 1884: registro de cerâmicas waurá por Karl Von den Steinen (1940: 357)

Figura 2. Reconstrução de cerâmica aruák de época prehistórica (Heckenberger, 1995)

Figura 3. Alto Xingu: periodização da ocupação indígena através da datação por radiocarbono (Heckenberger, 1995)

Figura 4. 1884: mapa desenhado por um índio Suyá representando os grupos da região dos formadores do rio Xingu (Steinen, 1940: 255)

Figuras 5. Evolução demográfica dos grupos do Alto Xingu (Silva, 1972)

Figura 6. Dados sobre epidemias no Alto Xingu (Silva, 1972)

Figura 7. Mudanças demográficas no Alto Xingu de 1890 a 1990 (Heckenberger, 1995)

Figura 8. Mudanças demográficas dos povos do Alto Xingu de 1887 a 1990 (Heckenberger,1995)

Figura 9. Mudanças na composição dos grupos locais do Alto Xingu, de 1887 a 1950 (Heckenberger, 1995)

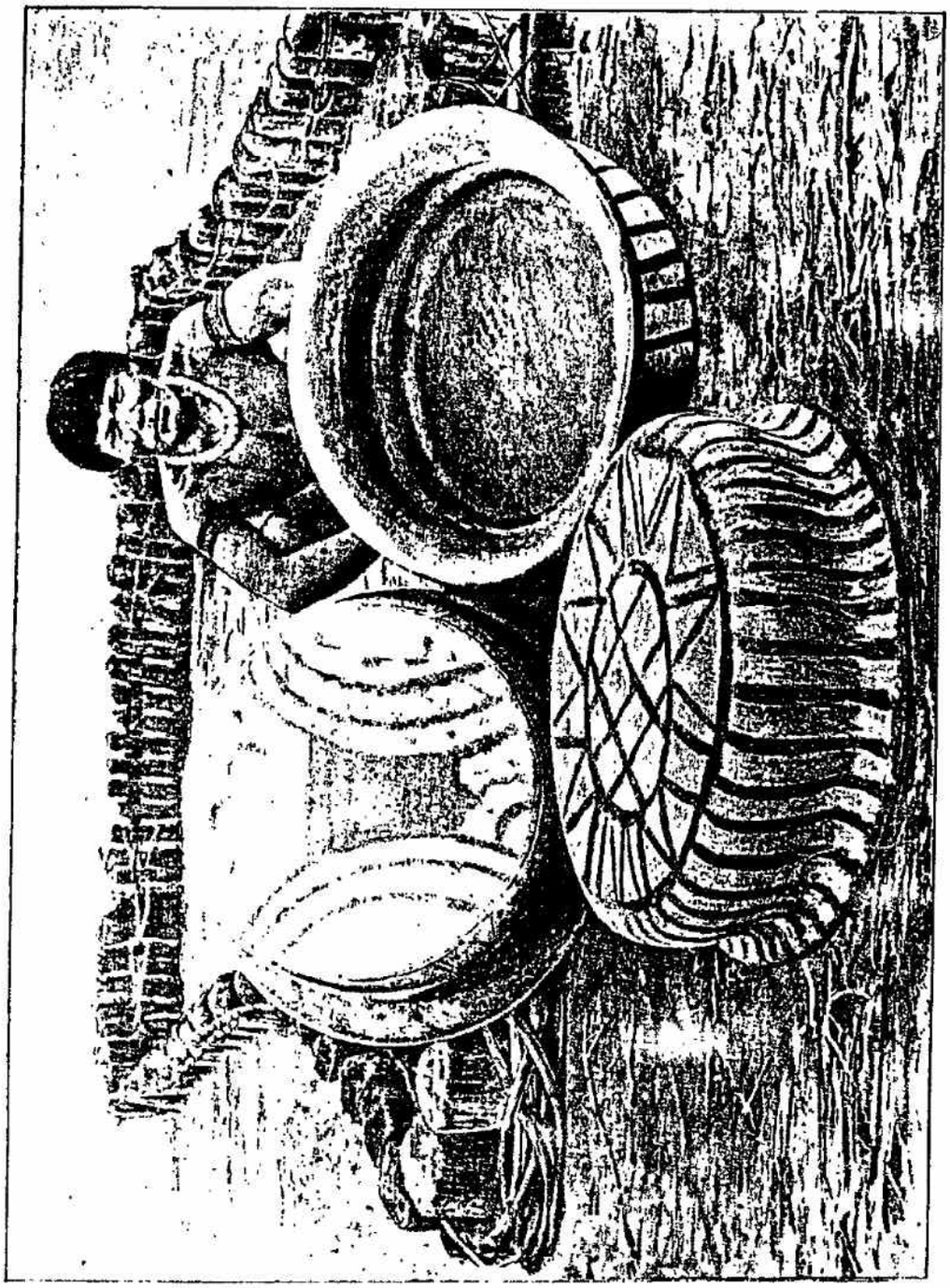


Figura 1

Acervo ISA

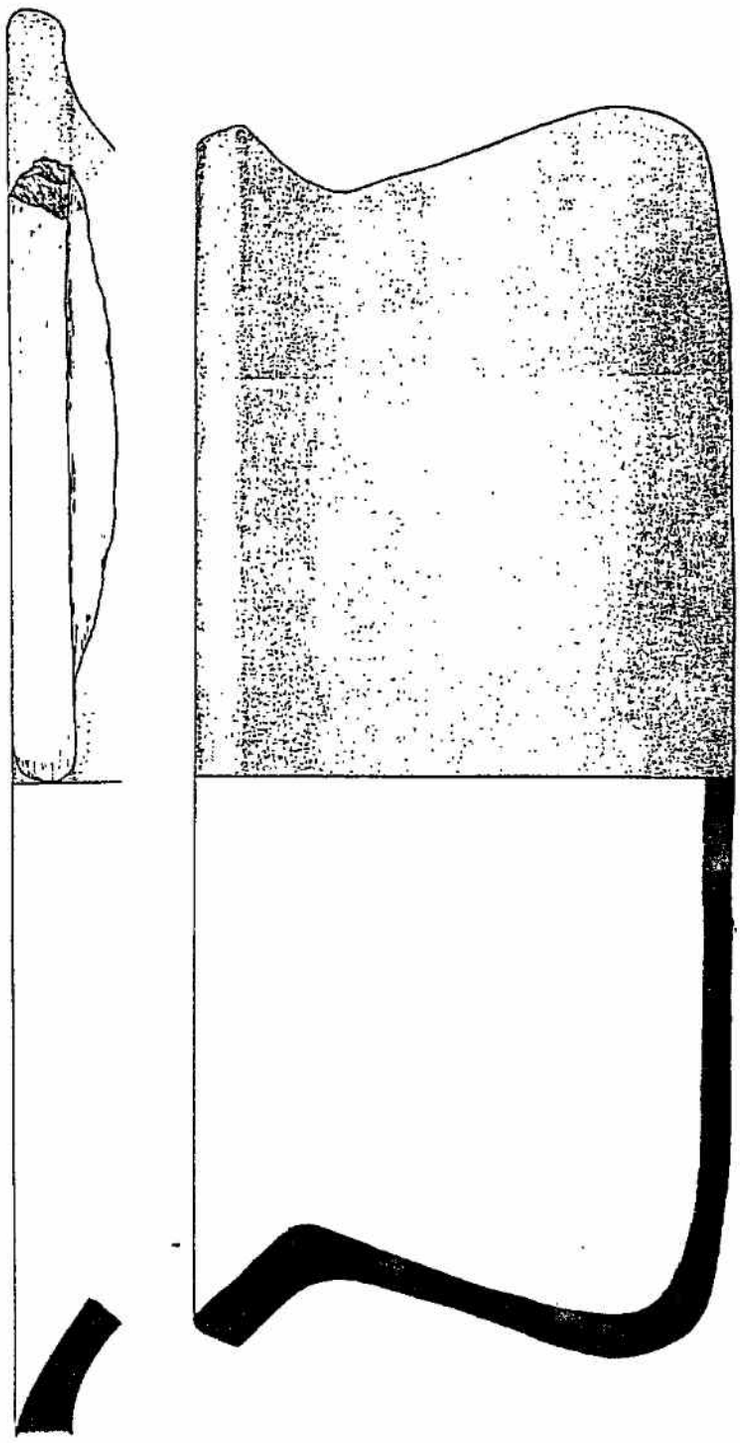
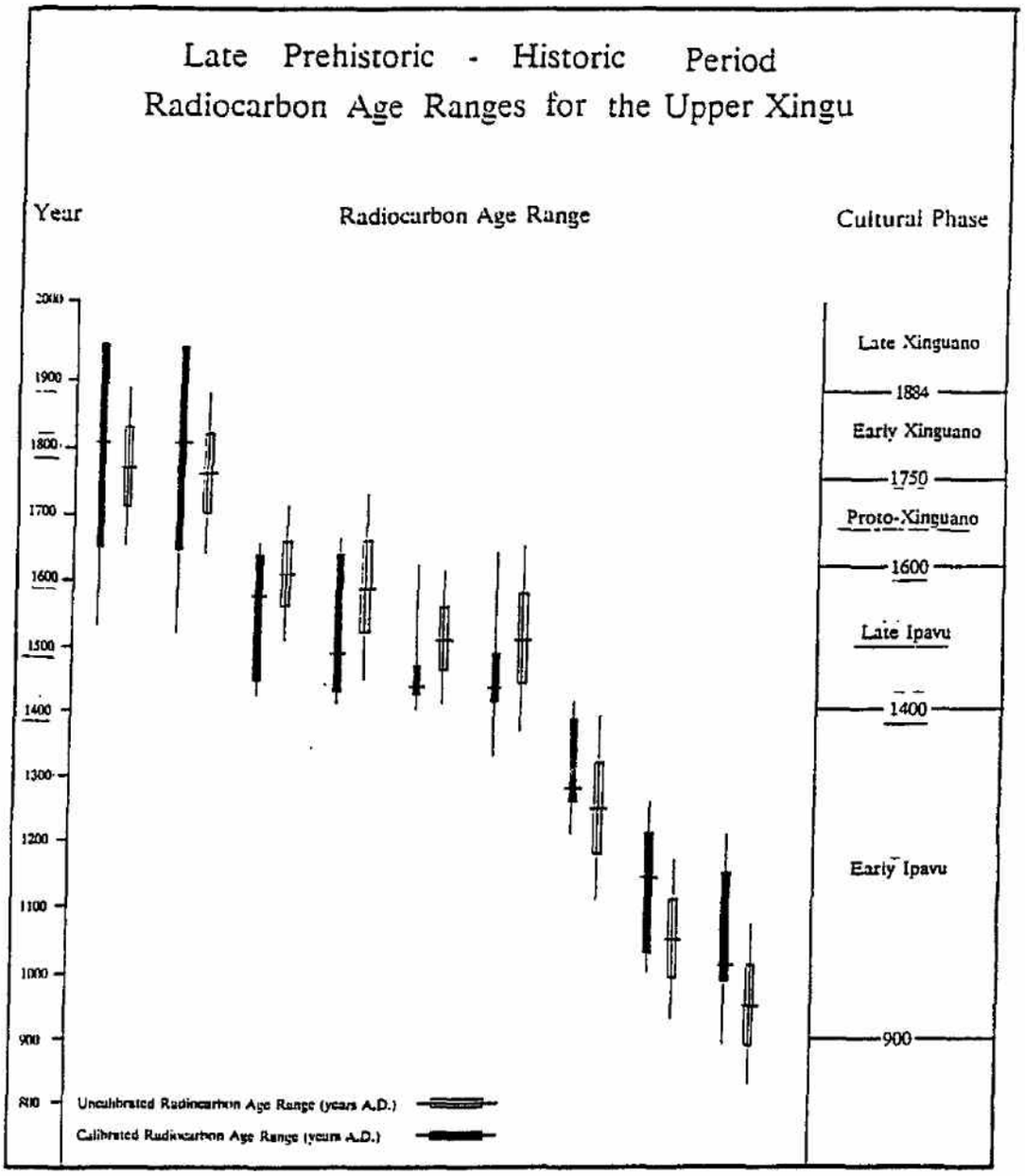


Figura 2

Acervo ISA

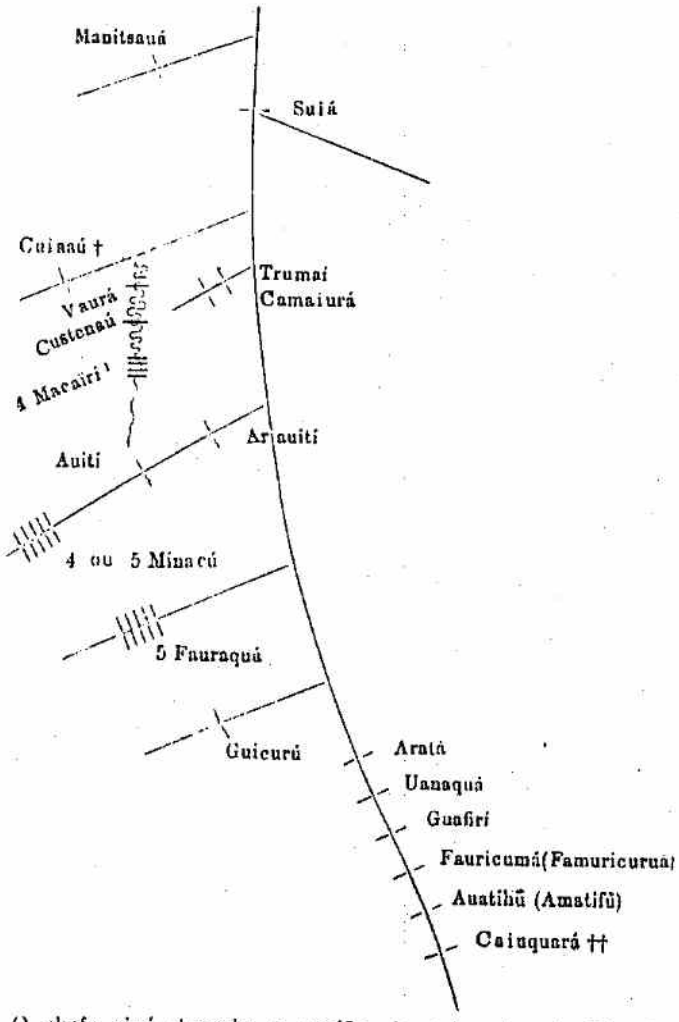


Late Prehistoric - Historic period radiocarbon age ranges for the Upper Xingu.

Figura 3

Acervo ISA

sante nos aguardaria. Aliás essa tarefa seria inexequível para a nossa expedição meio militarizada. Tal propósito só seria realizável com plena liberdade de ação e é muito duvidoso que, então, pudéssemos resolver o problema básico, isto é, atingir o Xingú.



O chefe siuá desenha a região da cabeceira do Xingú

Mas — quais são as condições do baixo-rio?

Alí há um "salto", é certo. Haveria ainda outra aldeia suiá? Ao contrário do que deduzíamos no primeiro dia de nossa chegada aquí, acreditamos agora existir outra aldeia suiá. Esta é a minha única consolação, pois aquí nos constrangem de tal maneira a ir embora, que só nos

Figura 4

Acervo ISA

Quadro 1 — Evolução Demográfica

Kamayurá

ano	população	fonte
1887	max. 264	Steinen
	min.* 216	1940:150
1938	max.* 242	Quain, in
	min.* 198	HSAI 3:327
1940	110	Galvão 1949:33
1954a	112	Mota 1955:139
1954b	94	
1963	115	Galvão e Simões 1966:45
1965	118	Oliveira, ms.
1969	119	Silva, ms.
1970	118	Escola Paulista de Medecina

Aweti

ano	população	fonte
1924	*80	Vasconcelos 1945:70 sg. Galvão e Simões 1966:42
1947-48	27	Lima 1949
1948	30	Oberg 1953:3-4
1954a	31	Mota 1955:139
1954b	23	
1963	36	Galvão e Simões 1966:45
1967 (?)	26	Kietzman 1967:29

Waurá

ano	população	fonte
1887	max.* 228	Ehrenreich, cit. p/Galvão e Simões 1966:42
	min.* 171	Steinen 1940:197
1948	max. 96	Oberg 1953:3-4
	min. 95	Lima 1950:5
1954a	97	
1954b	78	Mota 1955:139-40
1963	86	Galvão e Simões 1966:45

Figura 5

Acervo ISA

Figura 5 (cont.)

Mehináku

ano	população	fonte
1887	*154	Galvão e Simões 1966:42
1949	56	Galvão e Simões 1966:43
1962	68	Kietzman 1967:29
1963	55	Galvão e Simões 1966:45
1970	78	Escola Paulista de Medecina

Yawalapiti

ano	populaãço	fonte
1948	28	Oberg 1953:3-4
1951	12	Galvão e Simões 1966:43
1954	25	Mota 1955:139
1963	41	Galvão e Simões 1966:45
1965	41	Oliveira, Ms.
1970	65	Escola Paulista de Medecina

Kuikúro

ano	população	fonte
1948	max. 144	Oberg 1953:3-4
	min. 140	Galvão 1953
1952	148	Galvão e Simões 1966:43
1954a	max. 145	Ribeiro 1970:295
	min. 139	Mota 1955:140
1954b	130	Mota 1955:140
1963	118	Galvão e Simões 1966:45
1970	150	Escola Paulista de Medecina

Kalapálo

ano	população	fonte
1946a	max. 180	Galvão 1953:4-5
1946b	min. 155	Galvão 1953:4-5
1948	max. 150 (+5)	Oberg 1953:3-4
1954a	min. 148 (+2)	Galvão e Simões 1966:43
1954b	150	Mota 1954:140
1963	[illegible]	Mota 1954:140

Txikão

ano	população	fonte
1950	*60 a 80*	
1958-1959	*57	Simões 1963:P. 1
1964	*60	Galvão e Simões 1965:7
1967a	53	Villas Boas 1968:442
1967b	52	Villas Boas 1968:444
1970	60	Escola Paulista de Medecina

Nahukwá - Matipúhy

ano	população	fonte
1948	max. 44	Galvão e Simões 1966:43
	min. 34	id; Oberg 1953:3-4
1953-54a	max. 44	Galvão 1953
	min. 35	Mota 1954:139, 140-42
1954b	35	idem; idem
1963	51	Galvão e Simões: 1966:45

Trumaí

ano	população	fonte
1884	43	Steinen 1942:226, 416/417
1938	43	Quain, cf. HSAI, 3:327
1948	max. 25	Oberg 1953:3-4
	min. 18	Lima 1949:25
1952	18	Galvão e Simões 1966:43
1954a	21	Mota 1953:139
1954b	19	
1963	17 (+4)	Simões, Ms.
1966	26	Monod 1970:82
1970	25	Escola Paulista de Medecina

Obs.: As cifras estimadas são precedidas de um asterisco.
1954a e 1954b são dados, respectivamente, anteriores e posteriores à epidemia de sarampo; e 1946a e 1946b, à de gripe.

Ano	Doença	Tribos	População	n.º ou % contaminado (arredondado)	Óbitos/tribo	Total de óbitos	Letalidade/tribo %	Letalidade total %	Origem da Epidemia (povoação e estado)	Duração	Fontes
> 1886 < 1896	Blenorragia oftálmica	Bakairí do Kuli.chu	1 aldeia	100 %	vários	vários	?	?	Rosário (MT)	?	Ribeiro 1970:280
1884-1920	Gripes (no indeterminados)	Bakairí e outros (?)	?	?	?	?	?	?	?	?	—
± 1920	Gripe "espanhola"	Bakairí Outras	?	?	?	?	?	?	?	?	—
1946	Gripe	Kalapálo	180 indivíduos	?	25	25	13,66 %	13,66 %	Pôsto Kuluene	± 15 dias	Galvão 1953
1950	Gripe	Kalapálo	148	?	?		?		Fundação Brasil Central Pôsto Jacaré (FBC)	?	Galvão e Simões 1966:45 Galvão 1953:2-4 Galvão e Simões 1966:45
		Kamayurá	110	?	?	12	?	4,65			
1954	Sarampo e complicações	Kamayurá	112	100 %	18	114	16,07	?	Pôsto Jacaré (FBC)	4 meses	Mota, L. S. da 1955 Mota, J. L. 1955
		Aweti	31	100 %	8		25,80 %				
		Yawalapití	25	100 %	0		—				
		Waurá	104	100 %	21		20,19 %				
		Mehináku	?	7 ind.	0		—				
		Kuikúro	139	100 %	9		6,47 %				
		Kalapálo	150	100 %	40		26,66 %				
		Nahukwá	?	4 ind.	0 (?)		?				
		Matipúly	18 a 27	100 %	9 (?)		0 a 33,33 %				
		Trumai	21	100 %	2		9,52 %				
		Outros xinguanos	—	28 ind.	5		17,85 %				
		Kayabí	15	100 %	2		13,33 %				
1967	Gripe e pneumonia	Trikão	53	100 %	1	1	6,47 %	6,47 %	Pôsto Leonardo Villas Boas (FUNAI)	?	Villas Boas 1968:444
1970	Gripe e pneumopatias	Kamayurá	118	58 %	0	0	—	—	Pôsto Leonardo Villas Boas (FUNAI)	?	E. Paulista de Medicina, quadro estatístico
		Kalapálo	115	4 %	0						
		Mehináku	78	20 %	0						
		Yawalapití	65	65 %	0						
		Kuikúro	150	4 %	0						
		Trumai	25	56 %	0						
		Txikão	50	100 %	0						
		Karabí (trabalhadores	4	20 %	0						
		Txukahamãe	6	55 %	0						

Figura 9

Acervo ISA

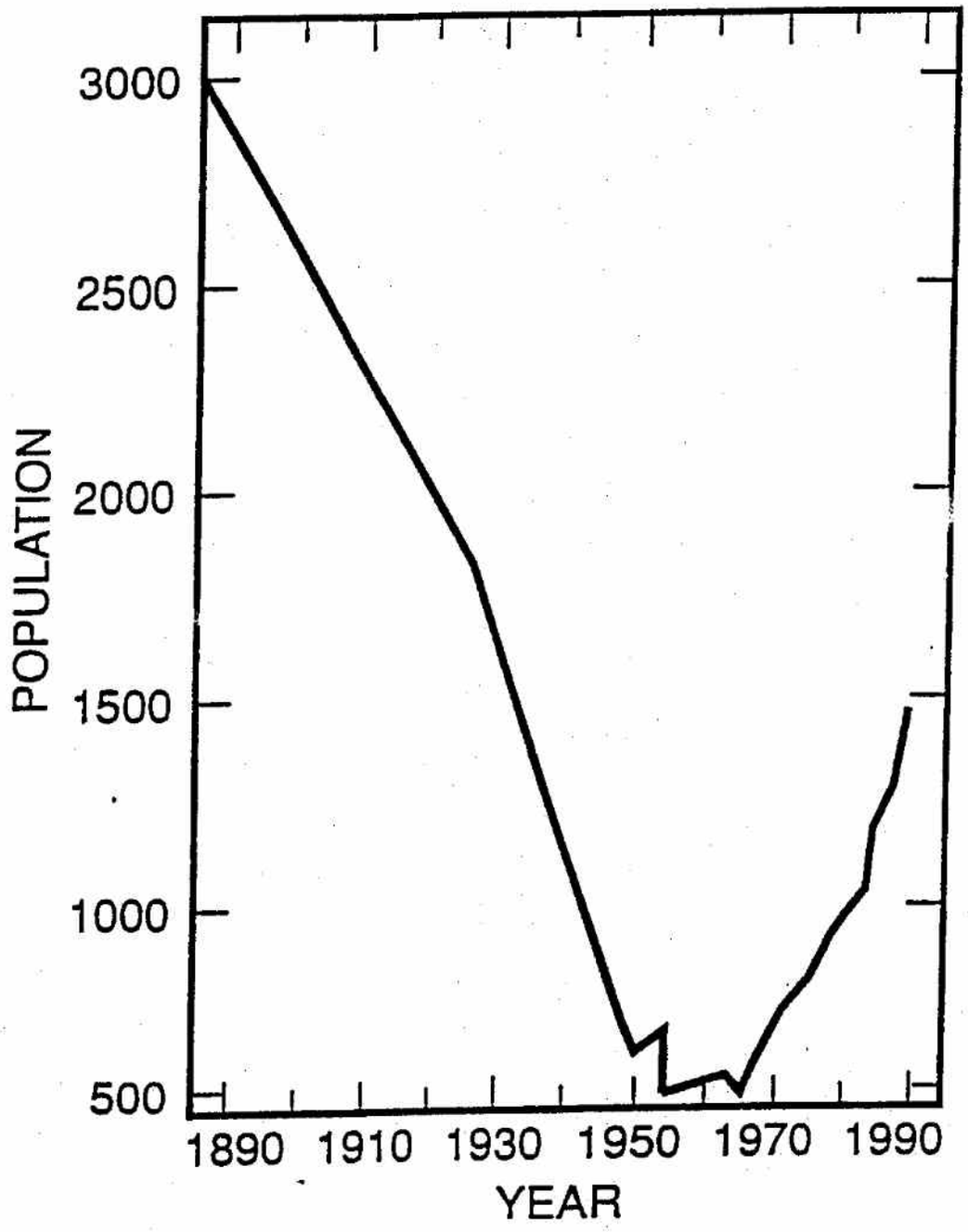
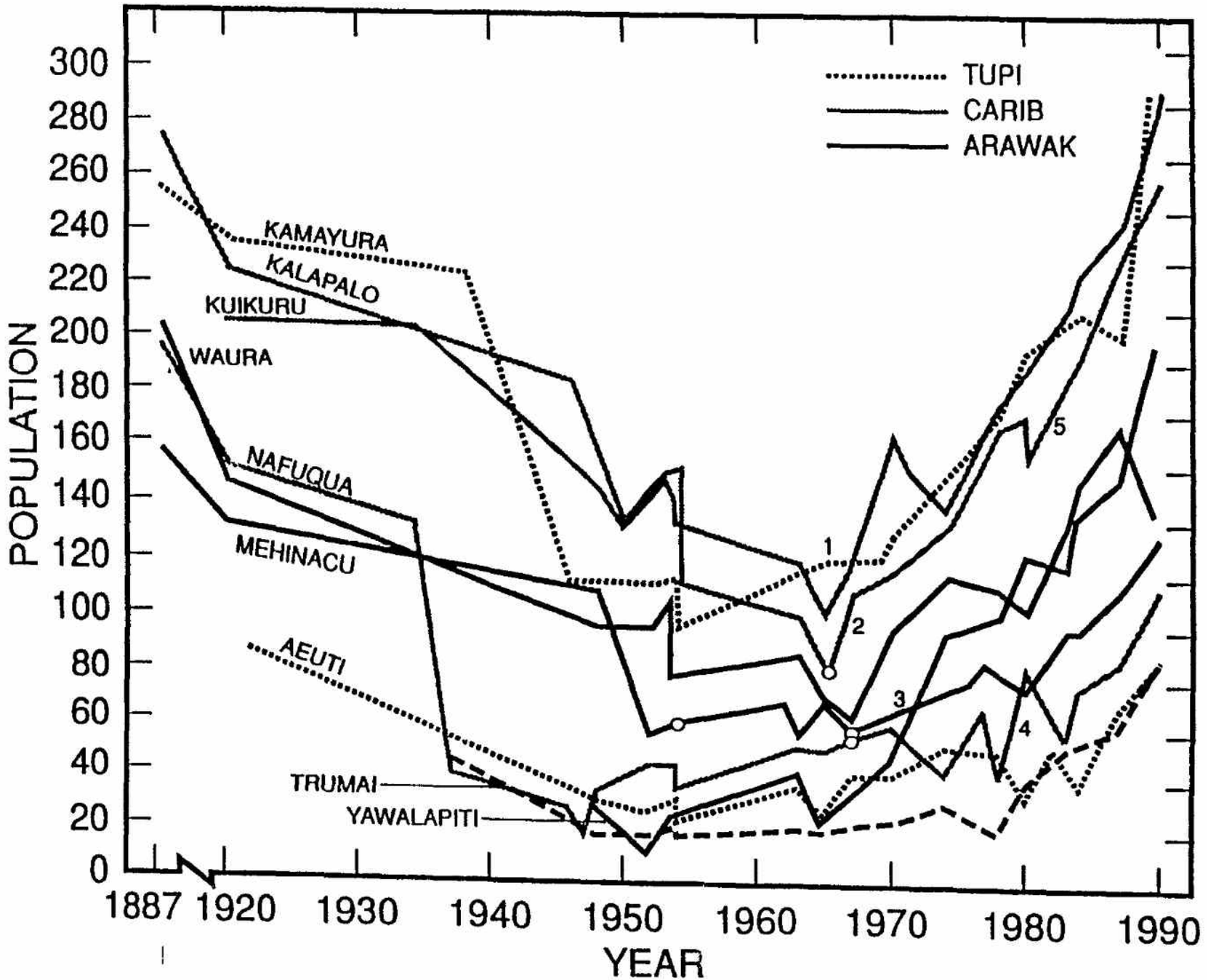


Figura 4

Acervo ISA

Figura 8



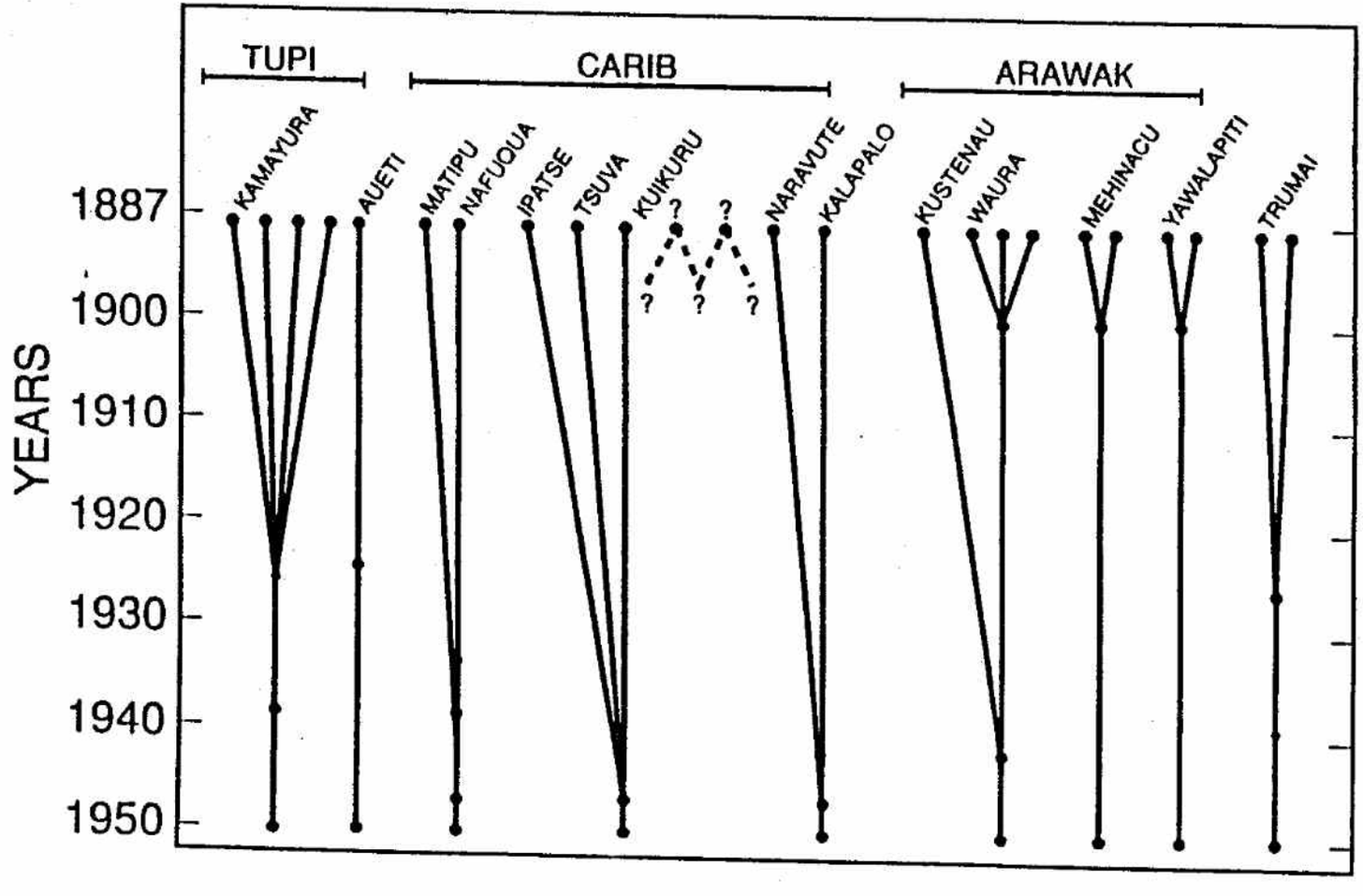

TUPI
CARIB
ARAWAK
KAMAYURA
AUETI
MATIPU
NAFUQUA
IPATSE
TSUVA
KUIKURU
NARAVUTE
KALAPALO
KUSTENAU
WAURA
MEHINACU
YAWALAPITI
TRUMAI
YEARS
1887
1900
1910
1920
1930
1940
1950

Figura 9

MAPAS

Mapa 1. Parque Indígena do Xingu - 1952/61

Mapa 2. Parque Indígena do Xingu - 1961/91

Mapa 3. 1884, primeira viagem de Karl Von den Steinen: mapa especial do rio Xingu, de acordo com o levantamento e coordenadas locais do Dr. O. Klaus (Steinen, 1942)

Mapa 4. 1887, segunda viagem de Karl Von den Steinen: mapa elaborado pelo Dr. P. Vogel (Steinen, 1940)

Mapa 5. Localização dos povos dos formadores do rio Xingu em 1890 (Monod, 1975:25; apud Meyer, 1896)

Mapa 6. A porção sudoeste do Parque Indígena do Xingu e o território tradicional **Waurá**

Arquivo ISA

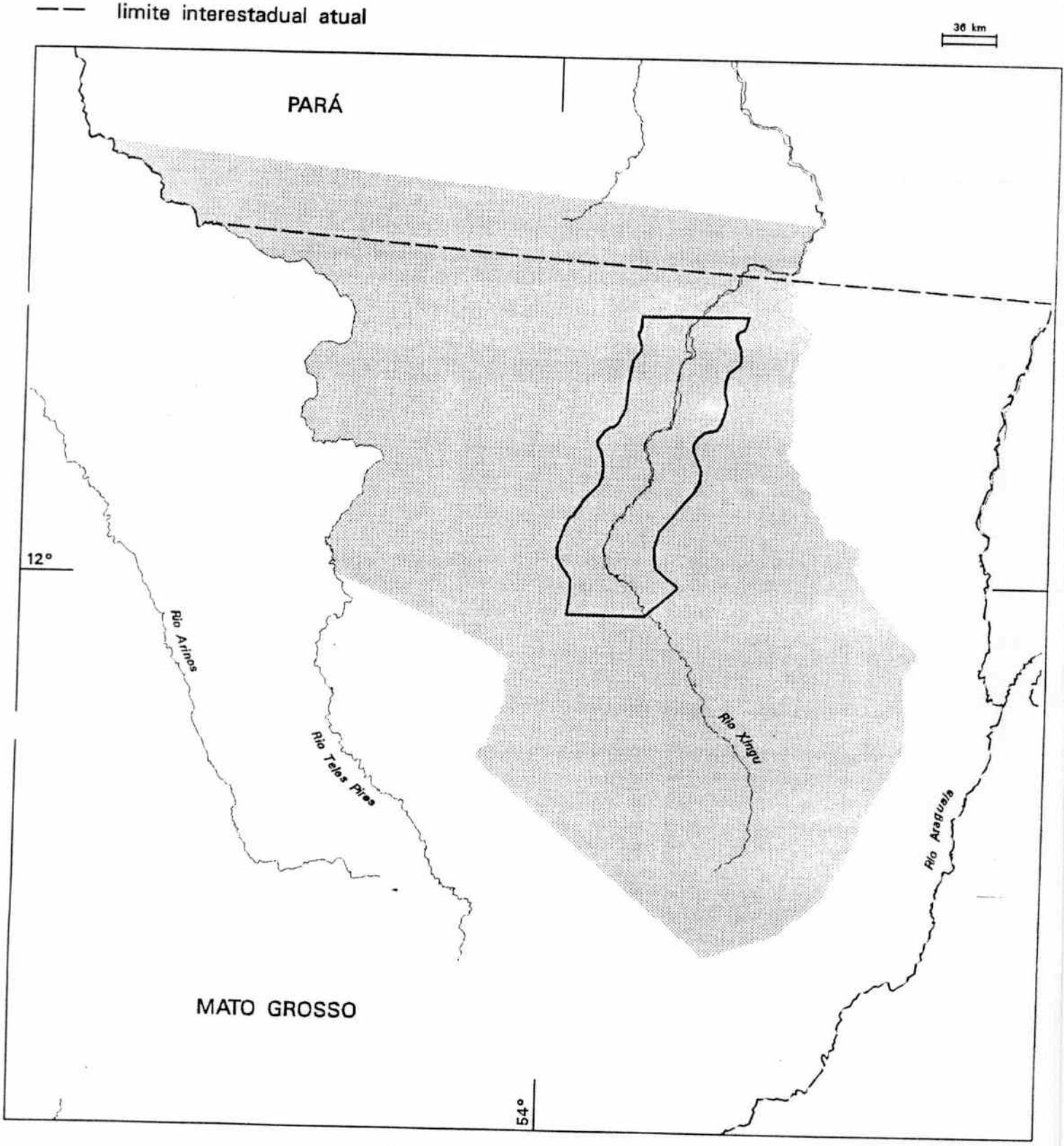
PARQUE INDÍGENA DO XINGU - 1952/61

Mapa 1

Área proposta por Rondon em 1952

Área delimitada pelo decreto 50.455 de 1961

limite interestadual atual



Acervo ISA

PARQUE INDÍGENA DO XINGU - 1961/91

Mapa 2

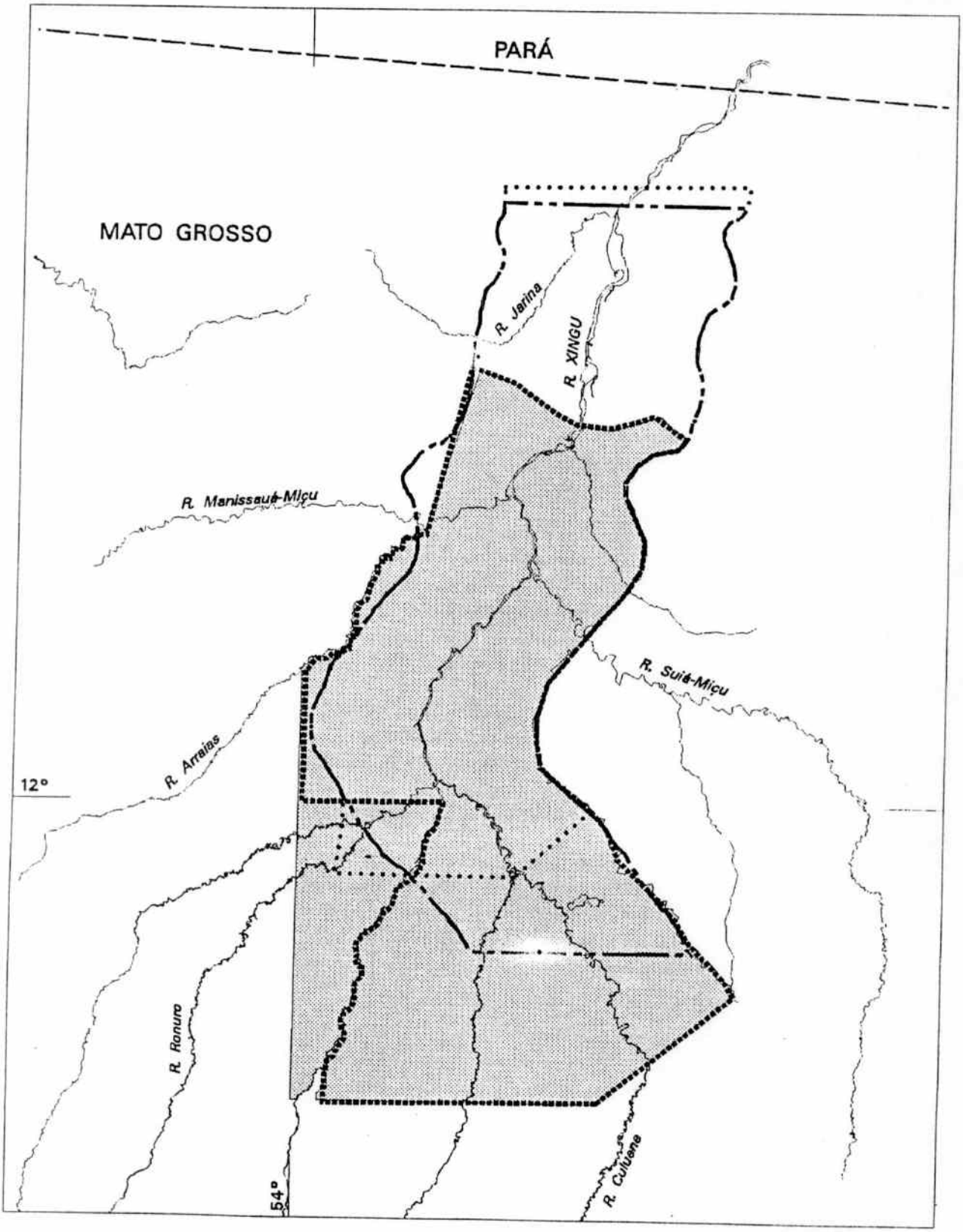
Área delimitada pelo decreto 50.455 de 1961

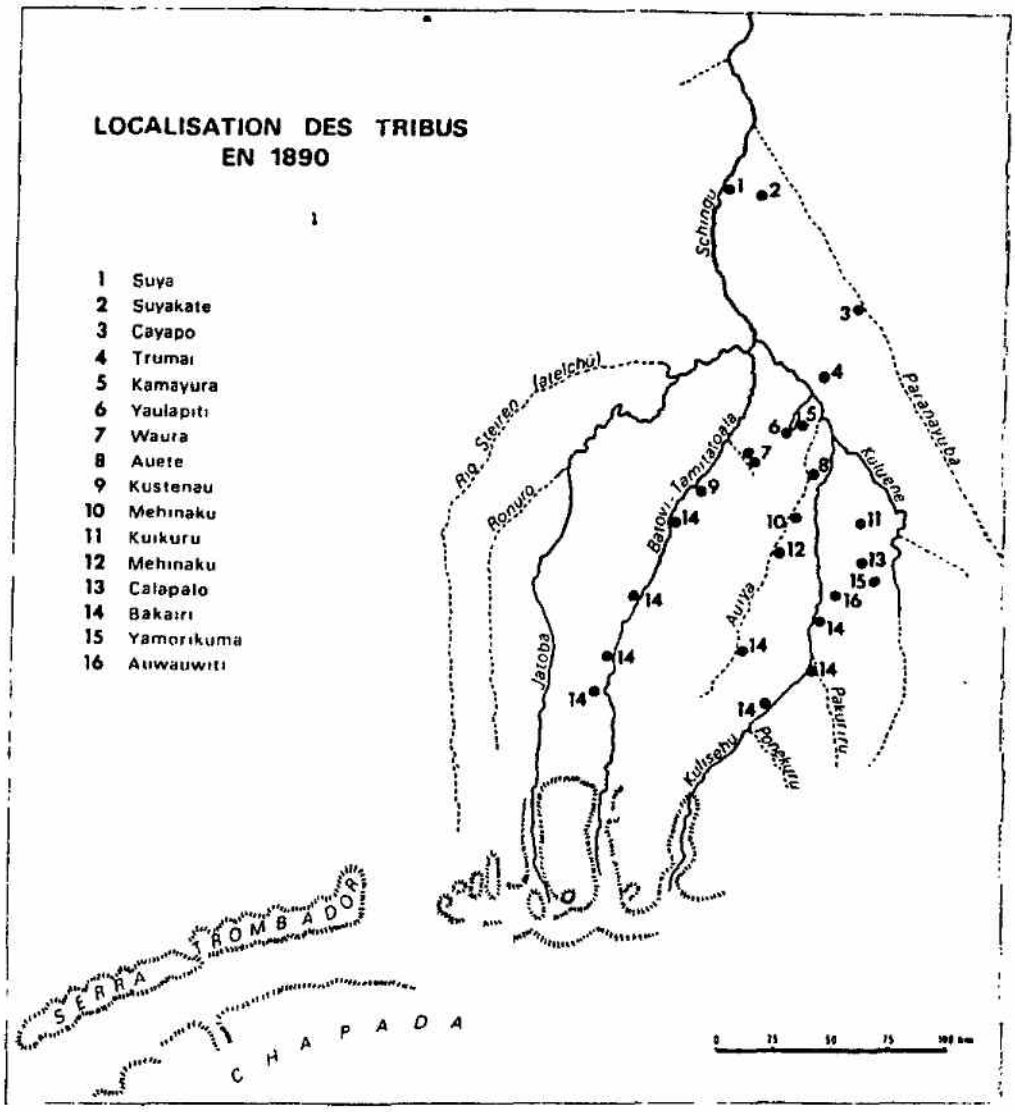
Área delimitada pelo decreto 63.082 de 1968

Área delimitada pelo decreto 68.908 de 1971

Área homologada pelo decreto s/no. de 1991

limite interestadual atual





Carte d'après Reisseweg von Dr. H. Meyer in Central-Brasilien 1896

Carte 6

Mapa 5